

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIANA MADALENA DA SILVA

**NARRATIVAS E HISTÓRIAS DE UM PROFESSOR UNIVERSITÁRIO SURDO E
SUA RELAÇÃO COM ESTUDANTES OUVINTES**

Delmiro Gouveia

2021

MARIANA MADALENA DA SILVA

**NARRATIVAS E HISTÓRIAS DE UM PROFESSOR UNIVERSITÁRIO SURDO E
SUA RELAÇÃO COM ESTUDANTES OUVINTES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Alagoas, Campus do
Sertão, como parte das exigências para a
obtenção do título de pedagoga do Curso de
Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Lílian Kelly de Almeida
Figueiredo Voss.

Delmiro Gouveia

2021

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S586n Silva, Mariana Madalena da

Narrativas e histórias de um professor universitário surdo e sua relação com estudantes ouvintes / Mariana Madalena da Silva. – 2021.

79 f. : il.

Orientação: Lilian Kelly de Almeida Figueiredo Voss.
Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2021.

1. Educação especial. 2. Educação inclusiva. 3. Professor surdo. 4. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. 5. Alunos ouvintes. I. Voss, Lilian Kelly de Almeida Figueiredo. II. Título.

CDU: 376

MARIANA MADALENA DA SILVA

**NARRATIVAS E HISTÓRIAS DE UM PROFESSOR UNIVERSITÁRIO SURDO E
SUA RELAÇÃO COM ESTUDANTES OUVINTES**

Trabalho de Conclusão de curso (TCC)
apresentado a Universidade Federal de Alagoas
– campus do Sertão, como parte dos requisitos
para obtenção de título de graduação em
Pedagogia.

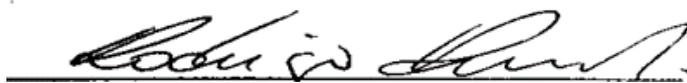
Aprovada em 19/03/2021

Local: Delmiro Gouveia/AL

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Lilian Kelly De Almeida Figueiredo Voss – UFAL/Campus do Sertão
Professora orientadora – Campus do Sertão



Prof. Dr. Rodrigo Pereira – UFAL/Campus do Sertão
Examinador Interno – Campus do Sertão



Prof. Msc. Noélia Rodrigues dos Santos – UFAL/Campus do Sertão
Examinador Interno – Campus do Sertão

Dedico este trabalho aos meus sentimentos que foram fundamentais durante todo o meu processo de formação acadêmica, tendo a paciência como a minha principal virtude. Uma vez que a partir dela passei a ver com mais clareza os problemas que foram surgindo ao longo do curso e a melhor maneira de solucioná-los, além de me fazer ter autodomínio e autocontrole das minhas emoções quando as coisas não aconteciam como planejado.

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida alguma, agradeço primeiramente a Deus, por nunca me deixar desistir, fazendo-me superar os obstáculos e quebrar as barreiras que surgiram em determinados momentos de minha vida. Por me aliviar a dor das perdas que tive, me ajudar a seguir e me fazer crescer, abrindo os olhos para o mundo. Por cada dia, por cada sonho que se tornou realidade, por me mostrar cada verdade e, principalmente, por estar sempre em meu caminho.

Aos meus pais, Luiz e Madalena, que mesmo sendo analfabetos, sempre me mostraram que a educação é o principal meio para realizarmos os nossos sonhos e para nos tornarmos pessoas mais confiantes de si e críticas.

Aos meus colegas do curso de Pedagogia, que direta ou indiretamente ajudaram-me a concluir mais uma etapa da minha vida.

À minha amiga Juliana, que esteve comigo desde o início do curso e com quem passei bons momentos e altas aventuras dentro e fora da UFAL.

Aos meus professores do curso de pedagogia, que direta e indiretamente me fizeram crescer intelectualmente e socialmente, tornando-me uma pessoa mais segura, confiante, determinada e otimista.

À minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Lílian Kelly de Almeida Figueiredo Voss, pela paciência que teve comigo nos momentos em que não estava conseguindo mais desenvolver a escrita deste trabalho e que me auxiliou de todas as maneiras para que esse trabalho pudesse ser produzido e apresentado com êxito.

Portanto, de maneira geral, os meus sinceros e verdadeiros agradecimentos são para os sujeitos que sempre me mostraram que a educação é a base na vida de um ser humano e que sem ela as metas que almejamos alcançar podem não se concretizar.

Jamais diga que você não é capaz de mudar uma situação, porque tem um Deus que cuida e concede as oportunidades que tu precisas para moldar a tua vida e garantir uma existência plena. Por isso, não se deixe abater pela negativa dos outros, pelo contrário, seja a mudança que quer ver, pois o Senhor, nosso Deus, está contigo em todas as circunstâncias e tu és o único que precisa ter fé, foco, determinação e persistir para que algo possa tornar-se diferente.

AUTORIA PRÓPRIA

RESUMO

O presente estudo tem a finalidade de mostrar que em meio as inúmeras barreiras impostas pela sociedade ouvinte, o surdo é capaz de inserir-se no mercado de trabalho e ser um excelente profissional. Neste contexto, o objetivo central do trabalho recai sobre a atuação de um professor surdo no ensino de Libras no ensino superior, conforme prevê o Decreto 5.626/2005. O objetivo central do trabalho foi compreender a trajetória educacional e a trajetória profissional de um professor surdo na universidade. Através disso buscamos analisar quais os empecilhos que um docente universitário surdo enfrentou ao longo de sua vida. Por isso, objetivamos apresentar reflexões sobre a abordagem qualitativa com a perspectiva de análise narrativa, uma vez que para compreender o próprio material de pesquisa percorremos brevemente sobre a história da educação dos surdos e ao longo do trabalho foram analisadas as narrativas dos participantes da pesquisa para entender melhor como aconteceu a trajetória educacional do professor surdo universitário e sua relação com seus alunos ouvintes na disciplina de Libras no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão. Com isso, observamos com esse estudo narrativo a importância do conhecimento acerca da docência de Libras e que independente de sua perda auditiva o professor surdo pode, deve e consegue ministrar aulas de Libras para alunos ouvintes em qualquer modalidade de ensino.

Palavras-chave: Professor Surdo. Libras. Alunos Ouvintes. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

The present study aims to show that in the midst of the numerous barriers imposed by the listening society, the deaf is able to enter the job market and be an excellent professional. In this context, the central objective of the work falls on the performance of a deaf teacher in the teaching of Libras in higher education, as provided by Decree 5.626 / 2005. The main objective of the work was to understand the educational trajectory and the professional trajectory of a deaf professor at the university. Through this, we seek to analyze the obstacles that a deaf university professor faced during his life. Therefore, we aim to present reflections on the qualitative approach with the perspective of narrative analysis, since to understand the research material itself we briefly cover the history of education for the deaf and throughout the work, the narratives of the research participants were analyzed to better understand how the educational trajectory of the deaf university professor happened and his relationship with his hearing students in the Libras discipline in the Pedagogy course at the Federal University of Alagoas - Campus do Sertão. With this, we observed with this narrative study the importance of knowledge about teaching Libras and that regardless of their hearing loss, the deaf teacher can, should and can teach Libras classes to hearing students in any teaching modality.

Keywords: Deaf Teacher. Pounds. Listening Students. Inclusive Education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A língua de sinais também é um idioma.....	13
Figura 2 – O surdo e o policial militar.....	20
Figura 3 – Incapacitando a cadeirante.....	25
Figura 4 – Visão e revisão, conceito e preconceito.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ações didático/pedagógicas que contribuem para a inclusão de alunos surdos no ensino superior	45
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Concepção dos alunos em relação ao professor universitário surdo.....	25
Gráfico 2 – Escolha de quem gostaria que ministrasse a aula de Libras.....	29
Gráfico 3 – Estratégias utilizadas para estudar e aprender Libras.....	46
Gráfico 4 – Primeira impressão ao saber que terá aula de Libras com um professor surdo.....	48
Gráfico 5 – A quem recorrer para tirar as dúvidas nas aulas de Libras?.....	50
Gráfico 6 – Considerando o alfabeto manual como o principal recurso para aprender Libras....	52
Gráfico 7 – Avaliando as aulas de Libras com o professor surdo.....	54
Gráfico 8 – Perspectiva sobre a modalidade de ensino em que o professor surdo pode e deve lecionar.....	60
Gráfico 9 – Desistência da disciplina de Libras.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FENEIS	Federação Nacional de Integração e Educação de Surdos
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROLIBRAS	Proficiência em Língua de Sinais
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
SEÇÃO 2 A ESCOLARIZAÇÃO DOS SURDOS.....	18
2.1 Percurso histórico da educação de surdos.....	18
2.2 A educação de surdos no Brasil.....	22
2.3 Construção da escola bilíngue.....	27
SEÇÃO 3 INGRESSO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR.....	31
3.1 Conceituando a inclusão.....	31
3.2 O processo de formação dos professores surdos.....	36
3.3 Acessibilidade à pessoa surda na instituição superior.....	41
3.4 Relação entre professor surdo e alunos ouvintes.....	47
SEÇÃO 4 SURDOS NO MERCADO DE TRABALHO.....	56
4.1 Educação regular x educação bilíngue.....	57
4.2 Desvalorização do trabalho do professor surdo.....	61
4.3 O professor surdo e o concurso público na região sertaneja.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICES.....	73

1 INTRODUÇÃO

A escolha da temática deste trabalho surgiu a partir do momento que assistir ao filme “O primeiro aluno da classe”¹ que mostra a história de um professor que sofreu muito preconceito ao longo da sua trajetória pessoal e profissional pelo fato de ser diferente dos outros professores, fazendo-me refletir sobre a inclusão de um professor surdo na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus do Sertão e os seus desafios ao ministrar aulas de Libras no ensino superior para alunos ouvintes com e sem a presença de uma intérprete de Libras na sala de aula.

Vale ressaltar que a língua de sinais é a língua materna dos surdos e é através dela que eles se comunicam, utilizando expressões faciais e corporais ao invés da fala. Além disso, a língua de sinais é usada por surdos, deficientes auditivos e ouvintes que fazem parte da comunidade surda. No entanto, a maioria dos ouvintes ao discutir sobre idiomas pensam somente na existência das línguas orais e pecam por acreditar que a expressão oral é o único meio de comunicação e de se constituir um idioma.

A figura a seguir enfatiza basicamente o que acontece quando as pessoas ouvintes se deparam com um surdo fazendo uso da sua língua de sinais.



Fonte: <https://www.cadetudo.com.br/ricardoferraz/cartuns.html>

¹ O primeiro aluno da classe é um filme norte-americano de 2008, baseado em fatos reais, que conta a história de Brad Cohen que foi diagnosticado com a Síndrome de Tourette (Transtorno neuropsiquiátrico caracterizado por tiques motores e vocais), mas que apesar dos preconceitos e rejeições ao longo da sua vida acaba se tornando um excelente professor da educação infantil.

Nesse cartum fica evidente a ausência de compreensão dos ouvintes em relação a língua de sinais como a língua dos surdos, já que ela é composta de movimentos e expressões corporais e faciais que são perceptíveis pela visão. Mas, o que a população ouvinte precisa entender é que a língua de sinais, especificamente a Libras, no caso dos surdos brasileiros, é uma língua visoespacial que utiliza a visão e não o canal oral-auditivo, a fala, como na língua oral dos ouvintes.

Esses geralmente acreditam que a Libras é apenas uma representação da língua portuguesa que faz uso de gestos e mímicas. No entanto, a Libras assim como as demais línguas orais (Francês, Espanhol, Inglês, por exemplo) possui sua própria estrutura gramatical, sendo, portanto, independente da estrutura do português brasileiro. De acordo com Marconcin (2013, et. al., p. 11):

Precisamos compreender que o surdo é bicultural, ou seja, ele é um indivíduo dotado de língua e especificidades, porém, é participante de uma sociedade ouvinte. Logo, ele participa de sua comunidade, mas precisa se integrar na sociedade ouvinte para “gritar” por seus direitos e ser reconhecido como cidadão.

Em consonância com a autora e a partir do que foi mencionado fica perceptível o quanto rica é a Libras e o quanto ela é importante para a comunidade surda (surdos e ouvintes), já que através dela é possível a comunicação e interação entre eles. Dessa forma, seria necessário que a população ouvinte aprendesse a Libras, a identidade e a cultura surda para não cometer o erro de desconsiderá-la como língua (idioma).

É importante destacar que no Brasil a oficialização da Libras ocorreu após uma longa caminhada de desafios, no ano de 2002, sendo reconhecida como a segunda língua oficial brasileira por meio da lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. E três anos depois foi regulamentado o decreto 5.626/2005 que tornou possível aos surdos acesso à educação, inclusão nos diversos níveis educacionais e direito a intérprete de Libras.

A partir da aprovação do decreto 5.626/2005 aconteceram muitas mudanças em relação a Libras dentro da educação como disciplina curricular obrigatória, mas o foco deste trabalho está voltado a: analisar o processo de formação dos professores surdos; desmistificar a ideia de que os professores surdos não são menos qualificados que os demais apenas por possuírem uma perda auditiva e; registrar que a inclusão de professores surdos para alunos ouvintes ainda é escasso na educação brasileira.

É através desses objetivos que surgem os seguintes questionamentos: O que motiva uma pessoa com surdez querer tornar-se professor?; Há espaço para professores surdos no ambiente de ensino, especificamente na sala de aula?; Qual a importância de inserir docentes surdos nas escolas regulares?

Para desenvolver esta pesquisa e buscar possíveis respostas aos questionamentos foi utilizada uma abordagem de pesquisa qualitativa, já que esta é definida como um tipo de investigação voltada para análise das relações sociais de acordo com os aspectos de uma determinada questão, isto é, que considera a parte subjetiva de um problema ou situação. Isso quer dizer, que ela é capaz de identificar e analisar dados não por resultados quantificáveis, mas sim através de relatórios e narrativas que enfocam o ponto de vista dos entrevistados.

Segundo Minayo (1993, p. 21) “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. [...] com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado”. Ou seja, a pesquisa qualitativa não se baseia em um critério numérico para comprovar hipóteses que podem ou não serem comprovadas por métodos quantitativos.

Por isso, objetivamos apresentar reflexões sobre a abordagem qualitativa com a perspectiva de análise narrativa, já que através desse método de estudo foi possível interpretar os dados obtidos por meio de uma entrevista semiestrutura e um questionário com nove questões objetivas e uma subjetiva.

Devido a pandemia da COVID-19, a coleta de dados foi realizada através da plataforma digital do Google Meet com o professor universitário surdo² e a intérprete que mediou a comunicação. Além do questionário feito por meio do Google Forms que foi aplicado via Whatsapp, no qual recebemos respostas de sete alunos do 7º período do curso de Pedagogia e 13 respostas de alunos do 8º período do mesmo curso, reunindo assim as respostas de 20 alunos.

Dessa maneira, utilizamos as narrativas dos entrevistados colocando-as dentro do texto, isto é, os dados coletados foram inseridos dentro do trabalho com o objetivo de relacionar os estudos bibliográficos com as experiências vivenciadas dos participantes da pesquisa. Assim, as respostas objetivas dos alunos foram transformadas em gráficos de barras e os relatos das narrativas tanto dos alunos, quanto do professor surdo também foram colocadas dentro do trabalho.

Vale salientar que os gráficos foram inseridos ao longo do texto, assim como as narrativas, sendo que o foco da leitura não foi baseado exclusivamente no aspecto quantitativo das respostas, mas através das escolhas similares entre os alunos das turmas.

E, para preservar suas identidades usamos a numeração de 1 a 20 e o símbolo Ps para representá-lo no texto. De acordo com Yin (2016, p. 210) apresenta em seus estudos que:

² Em 2008 iniciou os estudos no Curso de Licenciatura Letras/Libras no pólo IRFN pela UFS e fez especialização em Libras em Natal-RN no ano de 2012. Natural de Maceió-AL, o professor se apresentou na Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão no dia 01/02/2018, para assumir suas atividades como professor universitário na área de Libras.

Estudos qualitativos têm um desafio especial na apresentação de seus dados porque esses geralmente incluem as narrativas dos participantes. Os pesquisadores possuem diversas opções de apresentação, desde o material diretamente ou indiretamente citado até histórias de vida ao longo de um capítulo. Fazer o melhor proveito dessas escolhas supõe, em primeiro lugar, que os pesquisadores coletaram os dados apropriados – tais como gravar entrevistas em áudio, caso se pretenda apresentar narrações extensas com as palavras do próprio participante. Afora os dados narrativos, estudos qualitativos também podem se beneficiar do uso de muitos tipos de apresentações não verbais, tais como o uso de recursos gráficos, fotografias e reproduções.

A metodologia possui um papel fundamental na organização do trabalho acadêmico, desde o momento do tema escolhido, a partir dos instrumentos utilizados, os procedimentos feitos, a organização dos materiais coletados e a análise dos dados obtidos.

Dessa forma, a análise narrativa é predominante nesse trabalho, já que através dos instrumentos, procedimentos e organização dos dados coletados percebemos as semelhanças e diferenças dos pontos de vista dos participantes da pesquisa em relação a suas experiências nas aulas de Libras (professor surdo e alunos ouvintes). Isto é, por intermédio das narrativas dos pesquisados e a interpretação das experiências vividas analisamos não só o que foi dito, mas também como foi dito, além de entender o que não foi dito.

A importância desse estudo é investigar a inserção de professores surdos em salas de aula regulares, buscando refletir sobre a formação de professor de Libras surdo para alunos ouvintes. Além do mais, o surdo é capaz de fazer qualquer coisa desde que tenha apoio, vontade própria e todos os seus direitos garantidos conforme se encontra prescrito em lei. Dessa forma, é fundamental que as universidades incentivem e deem prioridade aos professores surdos de Libras, além de oportunidade de ingressar nas instituições de ensino superiores públicas e privadas, para que eles possam mostrar que possuem formação para atuar como docente de Libras no ensino superior da mesma forma que os ouvintes.

Para a efetivação deste estudo, a fim de compartilharmos os conhecimentos decorrentes desta pesquisa, elaboramos o trabalho da seguinte forma: a primeira seção é organizada pela introdução que descreve todo o processo da pesquisa, importância, já na segunda seção é apresentado um breve histórico da educação dos surdos, buscando entender como iniciou a escolarização e os métodos utilizados em sua educação.

A terceira seção é voltada para o processo de inclusão dos alunos surdos no ensino superior e como estes são inseridos dentro desse processo de formação acadêmico; por último é abordado os desafios percorridos pelo professor ao almejar e inserir-se no mercado de trabalho, além dos resultados obtidos confrontando com os objetivos galgando assim aspectos necessários e importantes constituídos nas considerações finais.

SEÇÃO 2 A ESCOLARIZAÇÃO DOS SURDOS

Conhecer a história dos surdos é perceber que, na maioria das vezes, os registros sobre a vida dos mesmos foram narrados por ouvintes e não pelo povo surdo. Independente da época em que se fala na educação de surdos, são poucas as vezes em que uma pessoa surda é protagonista da sua própria narração histórica, visto que ela se encontra numa posição de coadjuvante de sua própria história. Como bem aponta Perlin (2002, p. 15) ao se referir à história da educação de surdos:

A história dos surdos é escrita pela história da educação, e a história da educação dos surdos foi sempre contada pelos ouvintes. É natural que muitos surdos tenham se apropriado dela como se fossem verdades absolutas e as tenham absorvido exatamente como lhes foi dito, isto é, que eles eram deficientes, menos válidos, incapazes...

Essa afirmação representa o quanto os surdos, desde a antiguidade até os dias atuais são excluídos, apesar de hoje existir várias leis e políticas de inclusão. Sendo assim, já que o mundo é projetado por ouvintes e para os ouvintes, na concepção de muitos, os surdos são aqueles que precisam se adaptar a essa realidade e buscar métodos eficazes para se tornarem “humanos normais”.

2.1 Percurso histórico da educação de surdos

Pensar na educação de surdos é refletir e questionar que mesmo com tanta discriminação, exclusão e desafios, a população surda conquistou identidade, cultura, direito de ir e vir, direito de usar a língua de sinais para se comunicar e oportunidades como qualquer outra pessoa da sociedade humana.

Para Lima (2004, p. 14) “Educação de surdos. Uma história que começa muda e apagada. Um grande “quebra cabeça”. Assim, as autoras nos mostram como o surdo era visto historicamente e o desenvolvimento de seu percurso histórico educacional perpassando por várias épocas e povos ouvintes, onde em cada lugar o surdo era representado de uma maneira diferente e, assim, até hoje não se tem uma fase histórica definitiva sobre a história dos surdos.

A forma parcial dos registros dos vários pesquisadores mostra-nos sua preocupação em nos apresentar a história de surdos numa visão limitada que focalizam, na maior parte, os esforços de tornar os sujeitos surdos de acordo com os modelos ouvintes oferecendo "curas" para as suas "audições" danificadas (STROBEL, 2009, p. 03).

O filósofo Aristóteles (384 – 322 a. C.), acreditava que para ser reconhecido como humanos dotados de pensamentos, nós precisávamos usar algum tipo de linguagem, portanto, para ele os surdos não conseguiam se expressar já que não podiam ouvir e formar um

pensamento concreto. Foi nessa época que surgiu a terminologia surdo-mudo. Com isso, Aristóteles foi um grande influenciador de que as pessoas surdas eram mudas. Essa rotulação tornou-se um marco histórico e até hoje quando as pessoas avistam ou conhecem um surdo, este é geralmente chamado de mudinho.

Na idade antiga (476 d. C.) os romanos abandonavam ou exterminavam as pessoas surdas por considerarem elas pessoas amaldiçoadas e castigadas pelo pecado dos pais. Já na Grécia, os surdos eram rotulados como seres incapazes, improdutivos, um fardo para a sociedade e por isso, eram mortos. Em contraste com as demais, no Egito, os surdos eram venerados, adorados, porque pensavam que eles eram divindades enviadas pelos deuses. Assim, as pessoas surdas eram respeitadas, protegidas, porém, eram privadas de serem educadas.

De acordo com Lima (2004, p.16) “é somente a partir do século XVI que se encontram os primeiros registros de tentativas de como educar o surdo. Começam a ser relatados casos de preceptores que visavam a ensinar o surdo a falar, ler e escrever”. A partir desse trecho, entende-se que algumas pessoas se destacaram no decorrer da história, uma vez que elas criaram métodos educativos para ensinar aos surdos e que inclusive ainda são métodos que perduram até hoje. Assim, segue abaixo alguns nomes que se sobressaíram na fase histórica da educação de surdos.

Girolamo Cardano (1501-1576) era médico filósofo que reconhecia a habilidade do surdo para a razão, afirmava que “[...] a surdez e mudez não é o impedimento para aprender e o meio melhor é através da escrita [...] e é um crime não instruir um surdo-mudo”. Ele utilizava a língua de sinais e escrita com os surdos.

O monge espanhol Pedro Ponce de León (1510-1584) foi o primeiro professor surdo e a metodologia que ele mais usava era a oralização, a leitura, a escrita, inclusive a filosofar. Ainda na Espanha o padre Juan Pablo Bonet foi o primeiro a publicar um livro “Educação de Surdos”, este livro ensinava o alfabeto manual, as expressões faciais e ele também usava o método oral. Este último ajudava os surdos a treinar a falar, mas o método que ele usava também podia ter gestos, mímicas.

Já no século XVII dá um destaque ao Charles Michel Lépée, ele foi o primeiro a perceber que havia uma comunidade que não oralizava, porém usava como comunicação a língua de sinais e foi ele também quem fundou a primeira escola pública para os surdos, o Instituto Nacional de Jovens Surdos no ano de 1760. Isso foi o marco, pois ali os surdos podiam usar a língua de sinais.

O outro marco importante da história está com Thomas Gallaudet que visitou em Paris o Instituto de Jovens Surdos, lá estagiou e conheceu vários métodos com Laurent Clerk. Os dois

voltaram aos Estados Unidos e lá criaram a primeira escola Kartford School (1817). Gallaudet aprendeu a língua de sinais francesa e assim teve que fazer uma adaptação à língua de sinais americana.

Já na Europa, no século XVIII, os surdos eram submetidos a dois tipos de modalidade: o gestualismo (método alemão) e o oralismo (método francês). No entanto, havia uma contradição entre esses métodos, já que os surdos defendiam o gestualismo e os ouvintes eram a favor do oralismo. Assim, analisando esse fato histórico da educação de surdos, percebemos que o método oral perdurou por muito tempo e ainda há quem o defenda nos dias atuais.

Perlin (2002, p. 41) afirma que:

O oralismo passou a ser adotado oficialmente a partir do Congresso de Milão em 1880, quando foram excluídas todas as possibilidades do uso das línguas de sinais na educação do surdo. A partir de então, ela foi proibida nas escolas de surdos e em instituições que acolhiam surdos, inclusive nas suas próprias organizações.

O Congresso de Milão de 1880 foi um marco bastante negativo na educação de surdos, porque foi um evento que travou completamente a educação das pessoas surdas. Esse fato histórico aconteceu na Itália entre os dias 06 e 11 de setembro de 1880, onde participaram cerca de 27 países (o Brasil não estava presente), mas o que foi definido no congresso foi acatado posteriormente pelo Brasil.

O objetivo maior desse congresso em Milão foi extinguir a língua de sinais e inserir a metodologia oralista na educação de surdos. Isto é, como a língua de sinais vinha crescendo, se tornando o principal meio linguístico das pessoas surdas, já que os educadores de surdos eram surdos, teve um bloqueio em 1880 devido ter sido definido no congresso que a metodologia oralista era a melhor forma de educar os surdos.

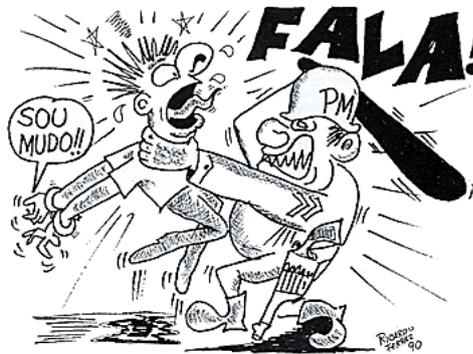
Na verdade, o que estava subentendido era que os especialistas ouvintes não aceitavam que uma minoria, no caso os surdos, precisava se comunicar através de uma língua que o grupo maior, os ouvintes, não entendiam. Ou seja, eles achavam que a minoria era quem deveria aprender a língua majoritária, a língua dos ouvintes. Por isso, aprovaram oito resoluções que giravam em torno da extinção da língua de sinais, visto que vale ressaltar que no Congresso de Milão havia alguns professores surdos, porém, não puderam votar. De acordo com Strobel (2009, p. 37), pondera-se que:

Após o congresso, a maioria dos países adotou rapidamente o método oral nas escolas para surdos, proibindo oficialmente a língua de sinais, decaiu muito o número de surdos envolvidos na educação de surdos. Em 1960, nos Estados Unidos, eram somente 12% os professores surdos como o resto do mundo.

A figura abaixo ilustra a proibição do uso da língua de sinais pela população surda,

situação esta que foi determinada pelo Congresso de Milão em 1880 pelos ouvintes e que retardou a educação dos surdos e sua comunicação através de sua língua viso-espacial.

Figura 2 - O surdo e o policial militar.



Fonte: <https://www.cadetudo.com.br/ricardoferraz/cartuns.html>

Nesse cartum, o policial está representando a sociedade majoritariamente ouvinte, que não reconhece que o sujeito surdo tem uma língua própria para se comunicar e, por isso, durante todo o percurso histórico da educação de surdos até os dias atuais, a prática do ouvintismo em fazer com que o surdo faça uso da fala ainda é algo muito predominante na concepção de vários ouvintes.

A imagem apresenta uma situação muito violenta de opressão, mas no decorrer da história da educação de surdos era exatamente através de práticas desumanas em que a população surda eram submetidos para que pudessem se igualar a população ouvinte. E, uma das principais práticas era proibir que o surdo fizesse uso da língua de sinais, como está bem representado no cartum pelas algemas, sendo que as mãos eram e são importantes ferramentas na comunicação da população surda.

Skliar (2010, p.21) apresenta em seus estudos que:

A configuração do ser ouvinte pode começar sendo uma simples referência a uma hipotética normalidade, mas se associa rapidamente a uma normalidade referida à audição e, a partir desta, a toda uma sequência de traços de outra ordem discriminatória. Ser ouvinte é ser falante e é, também, ser branco, homem, profissional, letrado, civilizado, etc. Ser surdo, portanto, significa não falar – surdo-mudo – e não ser humano.

Sendo assim, é importante enfatizar que apesar de muitas conquistas do povo surdo ao longo dos anos, todos os dias os surdos enfrentam situações de preconceito e exclusão, pelo fato dos ouvintes não compreenderem que a única diferença entre ambos é a distinção linguística que cada um utiliza em sua comunicação. Por isso, analisando o cartum e o que foi escrito, pensamos que o problema maior não está relacionada a surdez, mas nos ouvintes que

não respeitam e ignoram ouvir a “voz” dos surdos.

A partir desse breve histórico da educação de surdos e como o surdo era visto em diferentes épocas e lugares, é importante analisar de que forma essa educação surgiu no Brasil.

2.2 A educação de surdos no Brasil

A pesquisa histórica da educação apresenta os surdos como seres não educáveis, incapacitados, enfim, são situados na história com definições totalmente distorcidas apenas porque não escutam, vistos como qualquer outra coisa, menos como seres humanos, que precisam ser restaurados. A partir disso, é importante fazer uma breve retrospectiva sobre a educação de surdos no Brasil.

Então, iniciamos com o fragmento do Relatório Anual de 2001 da Federação Nacional de Integração e Educação de Surdos (FENEIS) que retrata: “embora se saiba da existência de surdos desde a descoberta do Brasil, nenhuma iniciativa positiva havia sido tomada em relação a isso. Em 1855 chega ao Brasil um surdo francês chamado Ernest Huet, ex-diretor do Instituto de Surdos de Paris (p. 3)”.

Baseado no Relatório Anual (2001), no Brasil, a primeira instituição para surdos foi fundada em 26 de setembro de 1857 no Rio de Janeiro. Segundo os registros contidos nos arquivos da FENEIS, a primeira instituição foi o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), existente até hoje. Foi fundada pelo professor surdo francês, Ernest Huet, com o apoio de Dom Pedro II que tinha um neto surdo.

Segundo Cristiano (2018) o INES inicialmente não tinha o objetivo de dedicar-se ao ensino das pessoas surdas, pelo contrário, o instituto funcionou durante anos como um asilo que recebia apenas surdos homens. Isto é, o INES no início da sua fundação tinha um caráter assistencialista e não educativo, características essas, que se assemelham com as primeiras creches e pré-escolas que foram fundadas para atender crianças pequenas.

Além disso, vale salientar que no Brasil não havia políticas públicas que defendiam o direito dos surdos à educação e, também, os próprios familiares não deixavam os seus filhos surdos serem educados, porque eles os consideravam um fardo inútil, impedindo assim o professor Huet de executar o seu plano de educar o surdo (CRISTIANO, 2018).

Na verdade, o que lhe proporcionou fundar o INES foi ter trazido uma carta de recomendação do Ministro de Instrução Pública da França, “que lhe abriu as portas para criar a primeira escola de surdos no país, porém também não podemos nos esquecer de que, para desenvolver o seu trabalho, o professor Huet contava com o auxílio da nobreza ligada ao

governo” (PERLIN, 2002, p. 71).

Apesar de ter sido estabelecido, no Congresso de Milão, o oralismo como o único método inserido nos currículos como metodologia de ensino para os surdos, em contrapartida, no Brasil a língua de sinais sobreviveu na sala de aula até 1957, nos pátios e corredores das escolas, mas nesse mesmo ano a língua de sinais foi severamente proibida. A metodologia de L’Epée, como assinala Perlin (2002, p. 75):

Continuou no Brasil até 1901. Nos anos seguintes, o Instituto caminhou para a concepção oralista na educação de surdos e, em 1930, instaurou-se definitivamente a visão clínica, quando o Instituto passou a fazer parte do Ministério da Educação e Saúde.

O método oral de ensino para surdos aprovado desde o Congresso de Milão, perdurou do século XIX até o final da década de 60 do século XX. Através desse método que substituía a língua de sinais, influenciava os professores a pensarem que para que os surdos pudessem conviver em sociedade com os ouvintes, a única condição era que eles deveriam aprender a falar.

Nesse sentido, Perlin (2002, p. 42) relata que os alunos surdos educados por meio do método oralista nas instituições/internatos, entre 1921 e 1960, falam sobre os horrores e as perseguições sofridas durante o apogeu do oralismo.

No auge do oralismo, o uso da língua de sinais foi banido e proibido nos recintos tanto das instituições educativas ou da família como nas organizações de surdos. Os surdos eram submetidos, às vezes, a castigos pesados caso utilizassem a língua de sinais. Houve histórias de impedimento de contato pessoal entre surdos, repressões e outros. Até os dias de hoje, esses surdos continuam com estranhos receios. Também existem casos de surdos que se voltaram contra a própria língua de sinais considerando-a como não-motivadora da convivência social, além de outros estereótipos contra a sua própria língua.

No decorrer da análise do percurso histórico da educação de surdos, verificamos que esse processo histórico teve seus bons e maus momentos, porque observamos que desde a antiguidade o sujeito surdo era e ainda é visto como um “não-humano”, incapaz de aprender e viver no mundo. Além do mais, ao longo do tempo a população surda persistiu para que a língua de sinais fosse realmente oficializada e reconhecida como língua. Porém, apesar de tantas batalhas, repressões, mortes, exclusão, abandono, a população surda e, também a comunidade surda buscam garantir definitivamente os direitos dos surdos à educação, à convivência social, ao mercado de trabalho e, principalmente, o direito de ser respeitado como uma pessoa normal.

Hoje em dia, algumas das importantes e recentes conquistas dos surdos foram:

- A Língua Brasileira de Sinais (Libras) criada em 1994;

- A lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 decreta, em seu art. 1º, a Libras como forma oficial de comunicação dos surdos;
- O decreto nº 5.626, de 2005 expõe em seu art. 3º a Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores;
- A lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 que estipula as obrigações dos intérpretes de Libras em sala de aula;
- A lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008 institui em seu art. 1º o dia 26 de setembro como sendo o dia nacional dos surdos;
- Em 2012 a inclusão escolar do deficiente auditivo na escola regular foi legitimada pelo Governo Federal Brasileiro.

A partir dessa breve retrospectiva, Vilela (2016, p.38) pondera que:

Os surdos traziam os sinais de seus estados, aprendiam novos e criaram um léxico até então inexistente, mas agora necessário por causa da recente escolarização. A Libras (Língua de Sinais Brasileira) origina-se da Língua de Sinais Francesa em associação com a língua de sinais nativa que os surdos brasileiros já possuíam e que tomava nova forma no processo de efervescência linguística existente no Instituto. Os surdos do Brasil devem a ele a existência e a estrutura atual da sua língua de sinais.

Contudo, a Libras apesar do seu reconhecimento como língua oficial dos surdos, ainda vivemos no momento, em que se acredita que o aprendizado dos surdos só acontece quando estes ingressam na escola. No entanto, esse é mais um dado das controvérsias sobre como deve ser a educação do surdo. Assim o convívio mais intenso com a Libras é uma das principais alternativas para tornar as experiências e as opiniões dos surdos mais próximas dos ouvintes. Segundo Gesser (2009, p. 33):

A língua de sinais tem estrutura própria, e é autônoma, ou seja, independentemente de qualquer língua oral em sua concepção linguística. Educacionalmente, o uso do português sinalizado tem sido alvo de muitas críticas, porque se insere na filosofia do bimodalismo. Dentro dessa visão, encara-se a língua de sinais como um meio para se atingir um fim, ou seja, um recurso para ensinar a falar uma língua oral (no Brasil, o português), funcionando como uma amálgama dos sinais e de fala.

Dessa forma, considera-se que a Libras é a língua materna dos surdos não porque é a língua natural deles, mas sim, porque os surdos têm bloqueios para a aquisição espontânea de qualquer língua natural oral, como os ouvintes. Nesse caso, as línguas de sinais são tão naturais para os surdos, quanto as orais para os ouvintes, já que elas são mais acessíveis a eles devido ao impedimento oral-auditivo que apresentam, porém, não são mais fáceis nem menos complexas. Os surdos são pessoas e, como tal, são dotados de linguagem assim como todos nós.

Mesmo assim, muitos ainda acreditam que os surdos são deficientes auditivos, pelo fato de possuir a perda auditiva. Mas há diferença entre os dois. Como bem explica o entrevistado Ps durante o seu relato a respeito de como ele se considera:

Eu me considero surdo. Porque uso a língua de sinais como um meio de comunicação. Participo da comunidade surda, né!? E a língua de sinais ela que reforça, né!?, a minha identidade como sujeito surdo. Então eu me identifico como surdo. Deficiente Auditivo é outra coisa, né!? O Deficiente Auditivo ele se considera ouvinte, utiliza a prática do ouvintismo, da oralização. Eu me considero surdo por vários fatores, inclusive da língua, já que a língua é um dos fatores que evidencia.

Além disso, os alunos das turmas do curso de Pedagogia da UFAL que participaram da nossa pesquisa, responderam acerca de como eles viam o professor que ministrou a aula de Libras na sala deles.

O gráfico a seguir mostrar os dados coletados dos estudantes das turmas de pedagogia a respeito de como eles definem o professor de Libras em seu campo de atuação.

Gráfico 1 – Concepção dos alunos em relação ao professor universitário de Libras



Aqui analisamos que a maioria dos alunos, de cada turma, estes consideram o professor como surdo. Enquanto que a minoria o considera como sendo deficiente auditivo. A primeira concepção está de acordo com o participante Ps quando perguntado se ele se considera surdo ou deficiente auditivo.

Correlacionando o gráfico e a afirmação do Ps, percebemos que a concepção dos alunos frente a surdez do professor ficou bastante esclarecida nas aulas de Libras, pois estes compreenderam que o sujeito surdo é aquele que busca espaço em uma sociedade ouvinte

fazendo uso da sua própria língua para se comunicar e interagir com o mundo. Em contrapartida, podemos dizer que a minoria que vê o professor como deficiente auditivo representa a grande massa da população ouvinte que enxerga o sujeito surdo como deficiente, por não ouvir, e não como diferente por usar uma outra língua, a língua de sinais, para se comunicar.

A figura a seguir mostra como a maioria das pessoas reage ao se depararem com uma pessoa deficiente. E essa situação não é diferente quando um ouvinte se encontra com um surdo, quer seja em qualquer lugar. Vejamos:

Figura 3 – Incapacitando a cadeirante.



Fonte: <https://www.cadetudo.com.br/ricardoferraz/cartuns.html>

Diante desse cartum é possível extrair o que acontece diariamente com os surdos, assim como ocorre com as demais pessoas que apresentam suas necessidades especiais, em diversos contextos da esfera social. Nesse caso, em especial, queremos enfatizar o quão a população surda é despercebida pelos ouvintes, como se fossem invisíveis, incapazes de se comunicar e viver em um mundo projetado exclusivamente para o povo ouvinte.

Segundo Strnadová (2015, p. 216) “Em determinadas situações acontece que a pessoa espera uma determinada atitude de outra e naquele contexto poderá entender erroneamente a mensagem. Ela própria poderá nem se dar conta disso”. Analisando o cartum e a afirmação da autora compreendemos que situações muito similares aconteceram e acontecem com os surdos, em que simplesmente são totalmente ignorados pelos ouvintes ou estes aproveitam a oportunidade para humilhar, desprezar e zombar do surdo sem que ele mesmo perceba tais atitudes desrespeitosas, principalmente no âmbito escolar.

Assim, é necessário que a dinâmica do sistema educacional, assim como dentro da própria escola tenha um clima preparatório para alcançar um ensino de modo inclusivo, bem como apostar, na escola bilíngue, considerando a possibilidade de não apenas o surdo ter que aprender a Língua Portuguesa, como também o ouvinte dispor a aprender a Libras. Sendo este um dos caminhos para a inclusão da população surda.

2.3 Construção da escola bilíngue

A escola não era universal como é hoje. Por isso, quando é inserida a proposta da escola bilíngue fica subentendido que a pessoa surda é um estrangeiro que vive no seu próprio país, onde ele tem que aprender ao mesmo tempo a sua língua materna (língua de sinais) e a língua majoritária da grande maioria da população mundial (língua oral). O ideal seria que os surdos pudessem assumir a condição da surdez como parte do seu processo biológico e de sua identidade.

Conceituando o termo bilíngue como sendo a habilidade de um sujeito conhecedor e eficiente em duas línguas, a proposta é que o surdo tenha acesso a aquisição da segunda língua, que para ele é a Língua Portuguesa, sendo esta na modalidade escrita da língua oral ensinada a partir de sua língua materna. A partir disso, fica evidente que a pessoa surda tem a habilidade de interagir melhor com o sentido da visão, respeitando a sua condição de surdez.

Mesmo com a legislação brasileira proporcionando uma educação bilíngue para os surdos, o Ministério da Educação (MEC) também divulga propostas, documentos internacionais e teorias que surgem. Além disso, é necessário que as escolas entendam que os surdos têm uma língua materna, que é o mecanismo da sua interação e comunicação com a sociedade, conheçam o modo como eles aprendem e respeitem a sua cultura e peculiaridades.

Segundo o estudo realizado por Freire, Moura e Felix (2017, p. 1289):

No decorrer da história educacional voltada para estes alunos, foram utilizados vários métodos educacionais tais como: alfabeto manual, oralismo, comunicação total, gestualismo, bilinguismo, entre outros. Entretanto, verificou-se não haver um avanço ou progresso na educação dos surdos, e essa descoberta nos remete a uma reflexão: Por que os surdos não se desenvolveram como deveriam? A inclusão tem funcionado? Precisamos refletir sobre uma nova filosofia educacional envolvendo as duas línguas principais do nosso país (LIBRAS e o Português) sem inverter a ordem. No caso do surdo, sua língua primária sendo LIBRAS e o Português escrito secundária, esta reflexão nos remete ao bilinguismo propriamente dito.

Através desse estudo compreendemos que o ensino bilíngue é o método de ensino que mais se aproxima do sujeito surdo, quando o sistema educacional respeita a Libras, como a língua primária dos surdos, e o Português como segunda língua, na modalidade escrita. Além

disso, dentre as propostas que vêm surgindo para o ensino de surdos, esta é a que mais aparece nos documentos oficiais brasileiros, sendo também recomendada como modelo para as escolas inclusivas.

Ressalta-se que a oferta educacional em escolas bilíngues é defendida pelo movimento surdo e está aprovada no Decreto Federal 5626/2005 que regulamenta a lei de Libras e também é aprovada na estratégia 4.7, da meta 4, do Plano Nacional de Educação, que foi sancionado pela lei 13.005/2014:

Garantir a oferta da educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, aos (às) surdos e com deficiência auditiva de zero a dezessete anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do sistema braile de leitura para cegos e surdos-cegos (BRASIL, 2014).

Assim, já que a preocupação é com a formação bilíngue e integral do surdo, não podemos submetê-lo exclusivamente ao currículo da escola projetada para ouvintes, mas fazer adaptações curriculares para que a metodologia aplicada seja diferente para os surdos. Não basta apenas garantir-lhe a educação bilíngue. Na verdade, precisa que algo mais importante esteja presente na prática pedagógica, o respeito e o reconhecimento do surdo como um ser humano que aprende através das suas peculiaridades e, conseqüentemente, valorizem a sua identidade surda.

É impossível falarmos do sujeito surdo e dissociá-lo dessas duas características: cultura e identidade surda. Visto que, como mencionado anteriormente, o surdo é como se fosse um estrangeiro em seu próprio país, representando uma outra cultura dentro da escola, que não pode ser desconsiderada e nem tratada como minoria. Pois, a escola que era um espaço exclusivo à maioria das pessoas brancas, ricas, agora é acessível a toda diversidade social, cultural, racial. Além disso, de acordo com Perlin (2002, p. 66) também é importante destacar que:

Para nossos dias, a pedagogia do surdo implica ver a identidade e a diferença como processos de produção social. Não é mais a imposição da normalidade, é o processo para a diferença. A sua implantação está em processo no que se refere à questão de converter em prática resultados de pesquisa, porém várias dificuldades emergem. Uma delas é que já existem professores surdos, porém ainda são poucos os surdos habilitados para atender a uma demanda tão ampla no sistema de ensino brasileiro. Do mesmo modo, são poucos os professores de surdos ouvintes que, de fato, conhecem a língua de sinais, no entanto são esses profissionais, em sua ampla maioria, que atuam na educação de surdos.

Diante disso, percebemos que algumas exigências que o professor ouvinte atende não são diferentes das que podem ser atendidas pelo professor surdo. Ou seja, da mesma forma que

o docente ouvinte pode assumir uma sala de aula, o docente surdo também pode, tanto numa turma de ouvintes quanto de surdos. Porque a prática de lecionar não está limitada a ter maior status, mas a ter formação aprimorada e compromisso com a comunidade escolar. Essas e outras características são o que definem um bom profissionalismo docente e não sua condição biológica de escutar ou não, sendo assim um modo de defender também a educação bilíngue.

Isso é perceptível nas respostas dos alunos entrevistados quando perguntado quem eles gostariam que ministrasse a disciplina de Libras. E o resultado foi o seguinte:

Gráfico 2 – Escolha de quem gostaria que ministrasse a aula de Libras



Nesse gráfico percebemos a diferença de escolha entre as turmas. Na qual os alunos da primeira turma preferem que o professor surdo assuma a disciplina ao invés de um professor ouvinte. Já a segunda turma tem preferência para que a Libras seja ensinada por um professor ouvinte e não surdo. Além do que nessa turma a diferença de escolha é de apenas um estudante.

Apesar disso, podemos perceber pelo gráfico que mesmo com essa diferença, os alunos não rejeitam a ideia de um surdo ministrar a aula de Libras, valorizando assim o trabalho realizado por ele. Vejamos as falas dos entrevistados em relação ao trabalho pedagógico do professor surdo:

Foi uma excelente experiência. Nunca senti que o ensino fosse comprometido pelo fato de o professor ser surdo, pelo contrário. Ver um surdo ocupando a vaga de professor universitário e realizando suas atribuições com competência máxima só fez com que a ideia estudada em sala, de que o surdo pode e deve ocupar diferentes espaços, fosse percebida na prática (Aluno 17).

Pra mim foi ótima, a dinâmica foi até melhor que o professor ouvinte (Aluno 18).

Minha experiência foi ótima, pois o professor foi muito prestativo com a turma, além de um bom profissional é também um grande ser humano (Aluno 19)!

É uma experiência maravilhosa, pois além de estudar acabamos vivendo a prática todos os dias (Aluno 20).

Dessa forma, percebemos que o primeiro passo para pôr em prática um processo inclusivo, isto é, uma instituição de ensino acessível e de qualidade para todos, só acontece a partir do momento que se busca aceitar, respeitar e valorizar a diversidade humana presente dentro e fora do ambiente escolar.

E isto está presente na fala dos alunos, principalmente do aluno 17, que reconhece que o surdo tem potencial para estar onde quiser e dar o melhor de si como profissional da educação, sem que a sua surdez o impeça de realizar o seu trabalho educativo.

SEÇÃO 3 INGRESSO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR

Há uma grande necessidade de se discutir sobre esse assunto, já que a inclusão é um direito garantido por lei, principalmente a todas as pessoas que têm algum tipo de deficiência. No caso do surdo, que é o nosso foco nesse trabalho, é importante não só os inserir, mas também os incluir. Assim, cumpriremos a lei e ao mesmo tempo permitiremos que a pessoa surda não seja excluída e nem fique despreparada para viver em uma sociedade que também é sua.

A partir dessas considerações podem surgir alguns questionamentos acerca do que é a educação inclusiva? Qual a diferença entre educação especial e educação inclusiva? entre outros. Perguntas assim surgem, porque tornar a inclusão parte efetiva no sistema educacional e nas escolas requer um planejamento que englobe uma educação voltada para atender as especificidades não apenas dos educandos com necessidades educacionais especiais, mas de todos os excluídos, das minorias.

3.1 Conceituando a Inclusão

Segundo está escrito no dicionário, incluir significa: 1. Compreender, abranger; 2. Conter em si; 3. Inserir, introduzir; 4. Incluir; 5. Estar incluído ou compreendido, fazer parte, inserir-se. Concordamos com esta definição trazida pelo dicionário. Apesar que, diante desse esclarecimento, observamos que o conceito de inclusão é mais relacionado com a ideia de inserir. E esse posicionamento é mencionado e abordado no decorrer da leitura do texto desse tópico. Mas, trazendo essa definição para a área da educação, apresentaremos um dos conceitos sobre o que é inclusão na perspectiva de Mantoan (2003, p. 20):

[...] a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

Sendo assim, o verbo incluir significa compreender, abranger, inserir e é através dessa perspectiva que devemos pensar quando se fala de inclusão de pessoas que possuem características peculiares, é permitir e dar a elas o direito de ter as mesmas oportunidades na sociedade, porque aceitar o diferente é também uma oportunidade de aprender com ele.

Além disso, Mantoan (2003) enfatiza que a reforma maior tem que acontecer na mente, seguida de uma reforma na instituição. Porque quando é tratado sobre inclusão, subentende-se que por meio dela será possível melhorar o ensino para todos, mas para que isso realmente

aconteça é fundamental que possamos ver a educação com outra perspectiva.

No Brasil, com a Constituição Federal de 1988, nos arts. 205, 206 e 208 apresenta a educação como um direito de todos e igualdade de condições de acesso e permanência na escola, ofertando atendimento educacional especial preferencialmente na rede regular de ensino.

Nesse sentido, quando ainda não existia a Constituição Federal, era o aluno quem deveria se adaptar as exigências da instituição. Porém, quando a Constituição de 1988 entrou em vigor a situação inverte, isto é, não é apenas o aluno quem deve se adequar as estruturas físicas e legais da instituição, mas a própria também precisa se adaptar para atender as necessidades educacionais do aluno. Já que não se pode padronizar as diferenças existentes na sociedade, o ideal é que o sistema educacional mude e repense em práticas e atitudes que supram as necessidades educacionais de todos que fazem parte do espaço escolar.

Pensando em relação a educação da população surda, Sá (2010, p. 186) faz uma explanação que diz:

A escola inclusiva tem surgido como um paradigma. É desejável que a possibilidade de Educação para Todos se concretize, mas isso não deve significar a determinação “de cima e de fora” de um tipo de escola que não atende aos anseios do grupo minoritário. Devemos lutar pela escola inclusiva caso essa inclusão interesse ao grupo ao qual a proposta se dirija.

Quando se fala em escola inclusiva, estendemos essa expressão para além dos discentes surdos, porque também há docentes que possuem a mesma característica, sendo que uma das maiores barreiras para a inclusão social, educacional e profissional desses indivíduos ainda é o preconceito. Geralmente este é gerado por falta de informação e/ou até mesmo por desprezo e insegurança, por parte da maioria das pessoas, visto que o ser humano, muitas vezes, tem o sentimento de temer aquilo que não conhece.

Através desse motivo é tão importante estender a inclusão para além dos alunos surdos nas escolas regulares, pois os professores também precisam ser incluídos, da maneira mais natural possível, já que terá que atuar com alunos que possuem uma diferença linguística, sendo para ambos uma ótima oportunidade para lidar com situações adversas e, conseqüentemente, permitirá a todos não somente um crescimento pessoal, mas também profissional.

Assim Barbosa, Vitorino e Dias (2016, p. 178 e 179) abordam que:

A educação inclusiva vem se tornando uma realidade cada dia mais desafiadora, não só para os sistemas de ensino, mas também em todos os âmbitos sociais, uma vez que o direito à educação não se restringe apenas ao acesso garantido na matrícula do aluno, junto ao estabelecimento escolar, mas também pela participação, aprendizagem e desenvolvimento enquanto sujeitos. Dessa forma, estudos mostram questões prioritárias para desenvolvimento de práticas inclusivas na comunicação e educação

de alunos surdos, focando de forma específica a LIBRAS, como instrumento essencial.

A partir disso, vê-se a importância de saber Libras no processo de comunicação, pois através dela é possível a inclusão dos alunos surdos, alunos ouvintes, professores surdos, professores ouvintes e comunidade escolar dentro deste processo. Visto que, para que haja uma comunicação e interação de todos, é essencial que seja levado em consideração os aspectos culturais da comunidade surda, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais. De acordo com Lopes (2010, p. 106):

Diante do quadro social de pluralidades culturais é que tento pensar a escola. [...] A escola, diante da diversidade social, encontra-se desorientada sob os refletores de verdades. Ela ainda está submetendo os desiguais a um mercado de conhecimentos escolares que são vendidos a preços que não podem ser adquiridos por todos.

Segundo o participante Ps, no decorrer da entrevista feita, relata que:

A minha dificuldade foi, inicialmente, foi quando eu comecei a dar aula e os alunos não compreendiam, né!?, então os alunos tinham essa dificuldade de entender, de prestar atenção no professor e... então, por exemplo, eu dava aula e eu dizia “olha o sinal é esse, tá?” Então um aluno ia lá, ficava um pouco assustado, eu dizia o sinal de acabou: acabou a água, acabou o namoro, né!?. Então os alunos tinham a compreensão diferente do que é um professor. De segunda a sexta, junto com professor ouvinte, pedagogo, eu conseguia entender melhor como funciona, né!? Como funciona eu como surdo para dar aula do ensino da língua de sinais. Eu também tenho dificuldade um pouco de trabalhar a língua portuguesa com os alunos, né!? Mas eu sempre tomava cuidado, prestava atenção nas reuniões e nas orientações da coordenação, para como proceder nesses momentos que eu me sentiria, é... em algum momento em dificuldade. Nelson Pimenta veio aqui várias vezes também é... o Paulo que é do Rio de Janeiro, surdo, e ele veio aqui, né!? Foi um dos primeiros que me ensinaram, primeiro com quem eu aprendi é... Tainá, que me deu aula também, aprendi algumas coisas, né!? Quando entrei na sala de aula para aprender, eu busquei ver a metodologia, né!? Para ser instrutor, né!? Em nível médio. Então quando eu entrei no Letras /Libras, que eu comecei a aprender, eu entendi melhor como se dar esse movimento da língua, da linguística, da língua de sinais, porque a lei de Libras, né!?, ela forneceu algumas coisas pra gente, me deu algumas possibilidades, mas depois as coisas melhoraram bastante.

Refletindo na inclusão de um professor surdo, na educação regular, pode parecer algo complicado e sem fundamento, mas, na verdade ter esse profissional é a resposta de que todos são diferentes uns dos outros e precisam ter direitos e oportunidades iguais. Lógico que sempre existirá limitações que ele precisa enfrentar, no entanto, estas podem se tornar mais simples para se conviver quando as pessoas que estão ao lado desse profissional, apoiam e aceitam sua peculiaridade não como algo diferente, mas natural.

Pensando a respeito da atuação de um docente surdo, podemos dizer que assim como o aluno surdo aprende de maneira diferente dos outros alunos o professor com surdez ensina num ritmo diferente dos outros docentes, porém, isso não significa que ele não sabe ensinar. Na

verdade, ele precisa que o sistema de ensino disponibilize, no mínimo, um intérprete para mediar a sua comunicação com os alunos ouvintes. Porque segundo Perlin (2010, p. 56) “o surdo tem diferença e, não deficiência, [...]”. Isto significa que o surdo é como um estrangeiro, em seu próprio país, que possui uma linguagem diferente e, por isso, precisa de um mediador para atuar na sua comunicação com os outros (ouvintes).

Atualmente, falar em inclusão tornou-se algo comum. Entretanto, é fundamental que haja mais do que meros discursos, na realidade, o primeiro passo a ser dado é a mudança de conceito da sociedade frente a esse assunto. As escolas precisam mudar suas práticas e parar de apontar culpados, os educadores, os pais e os alunos devem se preparar para respeitar ao próximo, seja ele quem for e como for, e a sociedade precisa cobrar dos órgãos competentes ações que possibilitem eficazmente a inclusão.

No Brasil, a regulamentação mais recente que guia a organização do sistema educacional é o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Esse documento em seu art. 8º, inciso 1º, parágrafo III, enfatiza que: os entes federados garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

Embora a ideia de proporcionar atendimento especial as pessoas com deficiência, pareça ser uma utopia, estamos aos poucos caminhando devagar, para assim alcançar tais objetivos. Uma vez que, para mudar a ordem predeterminada das coisas, leva tempo e exige comprometimento de toda a sociedade, pois aceitar a diversidade social evita a exclusão e contribui a fim de que todos sejam beneficiados por igual. Logo, em consonância com Barbosa, Vitorino e Dias (2016, p. 181):

De acordo com os dispositivos legais, todas as pessoas com deficiência, possivelmente, devem ser incluídas em instituições de ensino regular, sobretudo, na Educação Básica e ainda, serem encaminhadas em turno contrário para o atendimento a ser realizado no AEE. Entende-se que o AEE tem a função de proporcionar aos alunos público-alvo da educação especial, inclusive os surdos, subsídios pedagógicos e/ou acessíveis com a perspectiva de incluí-los considerando suas potencialidades e peculiaridades específicas.

Isso nos faz pensar sobre o tema inclusão e questionar até que ponto o sistema de ensino está preparado para incluir, já que a maioria das escolas têm recebido educandos com necessidades educacionais especiais com a ideia de “inclusão”, mas o que fazem é somente inseri-los e mais nada. Ou seja, o sistema de ensino e as escolas têm a ideia de educação inclusiva documentada em leis, no entanto, não têm a noção de como lidar com ela na prática.

A figura abaixo ilustra a deficiência das escolas com relação a professores competentes e metodologias que envolvam todos os estudantes dentro e fora da sala de aula.

Figura 4: Visão e revisão, conceito e preconceito.



Fonte: <https://www.cadetudo.com.br/ricardoferraz/cartuns.html>

O cartum apresenta claramente o que acontece na grande maioria das escolas públicas e privadas brasileiras, quando se tem em uma sala de aula um professor inexperiente para lidar com alunos que possuem peculiaridades distintas e que não tem noção de como desenvolver uma aprendizagem significativa para todos os alunos.

Em se tratando do aluno surdo, é fundamental que o docente responsável entenda e aceite que a Libras é língua materna dos surdos e por isso precisa procurar recursos metodológicos para que esse sujeito tenha acesso ao ensino e seja inserido de fato em todos os processos educativos dentro da sala de aula.

Lopes (2010, p. 117) enfatiza em seus estudos que:

A existência da surdez como uma diferença declarada na escola é um elemento capaz de fazer pensar a instituição e o currículo produzido pela mesma. A pluralidade dos sujeitos existentes nesta já não pode ser analisada como uma abertura permitida, mas, sim, como o resultado de uma ótica em que a diferença e a pluriconstituição do sujeito ocupam lugares transitórios e polêmicos junto às divisões culturais

Conforme relatado pelo Ps, observamos em sua afirmação a respeito de onde ele estudou durante sua educação básica que:

É... boa pergunta. Quando eu estudava no fundamental, né !?, logo no início da educação básica...é... nas primeiras... jardim 1 tinha uma inclusão. mas em seguida... veja bem eu achei interessante sua pergunta, quando eu fazia parte do jardim 1 no básico, ali, eu tinha interação com surdos e conseguia utilizar a língua de sinais no primeiro ensino. No 1º ano do ensino fundamental eu consegui ter uma sala de aula com língua de sinais, mas não era bilíngue, tá? Era uma sala onde o professor tinha os alunos ouvintes, eu era o aluno surdo. No 3º ano eu mudei de sala, né!? Fui para uma sala inclusiva e lá já não tinha intérprete. Então a gente ver que não tinha lei de garantia ao direito do surdo, com a possibilidade de ter intérprete de Libras. Eu

acredito... deixe-me ver aqui... 1994, por aí, não, 1995 eu estudava na 3ª série e não tinha, né, alguém sempre me passava a “cola” porque tinha pena. Então no 1º e 2º ano do ensino médio eu já tinha intérprete de Libras e aí eu aprendi muito melhor, mas foi muito, muito, muito complicado muito difícil de lidar com isso. A escola bilíngue ela não existiu, tá?, só na 1ª e 2ª série e no fundamental eu consegui utilizar um pouco dessa experiência, mas a partir do 2º ano de ensino fundamental base eu não tinha esse acesso, né!? O intérprete de Libras ele fez parte assim, em alguns momentos, mas por muito tempo eu estive só.

A partir disso é possível extrair que é de suma importância pôr em prática o que está descrito nos documentos legais e institucionais, em relação ao direito dos surdos, porém, isso não quer dizer que será necessário que as instituições de ensino planejem aulas separadas e em horários diferentes para os alunos surdos, mas que ajam adaptações curriculares que ofertem aulas com recursos, estratégias, didáticas, metodologias e avaliações que proporcionem o aprendizado de todos (surdos e ouvintes) na mesma sala de aula.

Além disso, é importante destacar que a presença do intérprete é significativa da educação do surdo, já que ele atuará como mediador entre o professor/aluno e aluno/professor, tanto na comunicação oral/escrita quanto na língua de sinais. No entanto, a comunicação entre docente e aluno é indispensável para que o aluno surdo se sinta de fato inserido no ambiente e na classe escolar.

Assim, considerando que um aluno surdo deseja ser professor de ouvintes, este terá grandes desafios a enfrentar em todo seu percurso educacional, porém não é impossível. Porque fazer com que um aluno surdo seja incluído na educação regular, não é uma tarefa fácil, levando em consideração que vivemos em uma sociedade onde os estereótipos têm mais valia do que os direitos humanos. No entanto, para que o desejo se torne real, vale ressaltar que todos aqueles que fazem parte do processo de ensino do surdo revejam e repensem suas práticas, atitudes, posturas e comportamentos, porque tornar a escola um lugar acessível para todos já não é o suficiente.

3.2 O processo de formação dos professores surdos

A partir das leituras realizadas, foi observado que ao longo do percurso histórico da educação de surdos, não existe uma história da educação de surdos absolutamente registrada e muito menos escrita pelos próximos surdos. Uma vez que os fatos que envolvem a população surda foram narrados e pensados pelos ouvintes, desde anos remotos até os dias de hoje.

Diante disso, tentativas de inclusão são pensadas e pouco postas em práticas. Pois, no Brasil a educação de surdos ainda enfrenta dificuldade, devido a quantidade mínima de escolas preparadas para proporcionar uma educação bilíngue aos surdos, deficiência na formação e

atuação de profissionais, nas instituições educacionais, para atender os surdos.

No âmbito social e educativo brasileiro têm-se observado ações que visam uma mudança no modo de pensar e ver as pessoas com necessidades educacionais especiais. No decorrer do tempo, esses fatores tornam-se cada vez mais complexos e continuam abrindo caminhos para novas discussões e estudos. E falando de pessoas surdas, essa situação não é diferente.

Podemos dizer que em relação a educação de surdos houve alguns avanços, considerando o reconhecimento da Libras como a língua materna dos surdos, sancionada pela lei nº 10.436 em 24 de abril de 2002, e através do decreto 5.626/2005 que prevê as necessidades dos surdos, condições e requisitos à acessibilidade e uma educação adequada e de qualidade.

Por meio dessas informações e da explanação sobre a inclusão dos surdos no contexto escolar, mencionado na seção anterior, fica evidente como é importante e imprescindível uma reorganização neste processo educativo dos surdos, porque é através de leis e de uma educação articuladora entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem desses alunos, que será possível alcançar um melhor redirecionamento, em relação a comunicação com a população surda, tendo a sua língua materna (Libras) como mediadora.

Partindo do pressuposto de que a educação inclusiva visa atender a todos os alunos, independentemente de suas condições financeiras, raça, gênero, características físicas ou socioculturais, importa refletir acerca da formação de professores surdos na contemporaneidade verificando se os aspectos legais asseguram o acesso às pessoas surdas no ensino superior, recebendo-as da melhor forma possível.

De acordo com Strnadová (2015, p. 167) “em toda parte, fala-se sobre a integração. A integração é uma palavra linda, mas não tem valor se não for colocada em prática”. Assim, o educando surdo que ingressa no ensino superior é um sujeito que enfrentou e superou muitos obstáculos de comunicação, adequação aos ambientes, falta de respeito e reconhecimento pela sua identidade pessoal, cultural, social e educacional.

Sujeito este que construiu ao longo da sua escolarização autoestima, autonomia, autoconfiança e se apropriou de saberes essenciais para alcançar seus objetivos pessoais, sociais e profissionais. Assim, ressalta-se que é muito desafiador o caminho da escolaridade para alunos surdos conseguir ingressar, permanecer e concluir um curso de nível superior, especificamente, na área da docência.

A partir da regulamentação da lei nº 10.436/2002, o decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que visa a formação dos profissionais que trabalharão na educação de surdos, além da garantia dos seus direitos de acesso à educação, saúde, locais e serviços

públicos. No capítulo VI intitulado “Da garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva”, vejamos o art. 24:

Art. 24. A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e subtítuloção por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

Apesar de o referido artigo mencionar a formação de professores surdos na modalidade à distância, é importante evidenciar que o acesso e permanência dos educandos surdos na universidade ainda apresentam diversas barreiras. Por isso, oferecer subsídios eficazes no processo de formação deste universitário é cada vez mais necessário. E um subsídio importante para a permanência de surdos no ensino superior é o intérprete de Libras, sendo que ele precisa estar presente em todos os momentos da vida do sujeito surdo na universidade.

Porque sem ele fica difícil haver uma comunicação entre ouvintes e surdos, mesmo este sabendo a língua portuguesa na modalidade escrita, pois através do intérprete a mediação entre a relação de alunos e professores é facilitada. Thomas (2010, p. 126) enfatiza em seus estudos que:

[...] Dessa forma, todo investimento que se faz frente a integração é de exclusiva responsabilidade do surdo ou, em outras palavras, caso ele não consiga se integrar à sociedade majoritária dos denominados ouvintes, “a culpa é sua”, pois é ele quem fracassa ao não conseguir ser como os demais e não dessa mesma sociedade, pretensamente democrática, que lhe deu chances de recuperação.

Diante disso, torna-se importante conhecer o histórico escolar do surdo, antes de culpá-lo pelo não desenvolvimento adequado, pois este pode ter sido marcado por práticas inadequadas durante o seu processo de ensino-aprendizagem, percorrendo por uma escolarização que não priorizava as suas particularidades linguísticas de acesso à informação e comunicação.

Através disso, o Ps explica o ensino da língua portuguesa em seu percurso educacional:

Em relação a língua portuguesa eu fui muito prejudicado na minha educação básica. As pessoas me davam “cola” e hoje é... quando cheguei no ensino médio eu conseguir interagir melhor com a intérprete de Libras. Mas assim, toda a minha trajetória escolar ela me prejudicou muito, né!?, com a ausência do intérprete é... as vezes ficava sozinho é... na aula de matemática, por exemplo, eu ficava observando e eu conseguia compreender. Mas a aula de português era muito complicada. Ai tinha alguns colegas que ficava com pena de mim, ai me dava cola é... mas na verdade eu fui extremamente prejudicado no meu processo de educação básica. Quando entrei na graduação é... eu tive que fazer um esforço maior, procurar ler bastante coisa, as vezes lia um jornal, procurava uma metodologia para que melhorasse a minha língua portuguesa... daí na educação superior eu consegui ter uma compreensão melhor da língua de sinais. Mas assim, com esforço considerável, mas assim, nessa trajetória... num todo, eu realmente fui prejudicado.

Por meio desse relato é importante enfatizar que apesar das dificuldades encontradas e do déficit no aprendizado da língua portuguesa, na modalidade escrita e compreensão da mesma, uma pessoa surda chegar e permanecer na universidade é um sonho para muitos e esta precisa se preparar adequadamente para que quando o sonho de se formar em curso superior, especialmente em Pedagogia, se realize ela o reconheça como profissional no ensino de Libras e o inclua na instituição de acordo com suas possibilidades. E, isso pode acontecer através de uma reorganização da grade curricular do curso, disponibilização de intérpretes com formação em Libras para atendê-lo e, principalmente, esforço e dedicação do próprio surdo.

Historicamente, a população surda faz parte de um grupo linguisticamente minoritário, que até os dias atuais percebe-se que não está tão presente na educação superior. Porque com a restrição de oportunidade em usar a Libras, sem ter intérprete para mediar entre os surdos e os conteúdos, esta população constrói uma aprendizagem deficiente e acabam participando de processos seletivos sem ter uma base educacional apropriada. No entanto, os surdos que conseguem ingressar no ensino superior, muitas vezes não têm suportes essenciais dentro da instituição de educação superior, já que estas, em sua maioria, não possuem subsídios para atender estes alunos.

A partir dessas indicações, ainda há um longo caminho a ser percorrido, no que se refere a educação de pessoas surdas no ensino superior, principalmente em restaurar a concepção de inclusão e conceber a diferença como um direito a ser respeitado. Visto que pensar o acesso à educação superior do surdo não se refere apenas ao seu ingresso, mas também a proporcionar-lhe alternativas e possibilidades de concluir o curso de forma equiparada aos ouvintes.

Discutindo a formação de futuros professores surdos, é importante mencionar que as didáticas pedagógicas precisam se englobar numa perspectiva formativa, em busca de um desenvolvimento eficaz do surdo. Isto quer dizer que através dos preceitos pedagógicos aos quais teve acesso, o futuro professor surdo deve construir bases pedagógicas na sua formação inicial e continuada, já que seu processo está intrinsecamente ligado à teoria e à prática.

Conduzindo essa realidade para a perspectiva surda, é fundamental que na universidade tenha um profissional com formação adequada para trabalhar com o ensino de Libras, tanto na formação universitária de surdos quanto de ouvintes. Já que está contido no art. 5º do Decreto nº 5.626, no capítulo III, intitulado “Da formação do professor de libras e do instrutor de libras”:

A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso

normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

Assim, a formação do professor surdo, precisa ser levada a sério e ofertada em nível superior. Porque por meio dessa base concreta ele poderá exercer sua formação acadêmica com confiança, desenvolvendo conhecimentos em duas línguas, tanto na sua língua materna, a Libras, quanto na língua portuguesa, na modalidade escrita. Dessa forma, construirá fundamentos essenciais para posteriormente ensinar a disciplina de Libras, quer seja para surdos ou para ouvintes. Sendo o curso de Pedagogia, a principal porta para que os futuros docentes surdos possam atuar na educação básica, nas etapas condizentes com a sua atuação.

Torna-se fundamental mencionar que quando os professores surdos começarem a pôr em prática a sua formação, é importante que eles busquem lecionar da melhor forma possível, visando um desenvolvimento significativo da educação como um todo, sendo possível mesclar em sua metodologia a língua de sinais e o português na modalidade escrita. Porque o fazer pedagógico vai além da ideia de repassar o conteúdo aos alunos, requer habilidade em se adaptar às novas mudanças, competência em promover novas possibilidades didáticas, compromisso com a mediação do processo de ensino-aprendizagem e, principalmente, ter controle emocional.

Em seus estudos, Arroyo (2009, p. 24) descreve que:

Todo esse acúmulo de qualificação leva a uma maior segurança e à consequente defesa de seu saber-fazer, de seu ofício. Impressiona a quantidade de tempos de reflexão e de debate, de aprender fazer, de leitura e de socialização de experiências que acontecem cada dia entre os profissionais da Escola Básica. Podemos ver nessas práticas uma procura de um saber-fazer melhor, mais fundamentado. Podemos ver uma afirmação profissional, reencontro coletivo com sua identidade.

Em se tratando da formação e atuação de professores surdos, o seu processo educacional precisa estar embasado com preceitos teóricos que estejam condizentes com sua práxis, para que eles possam exercer seu ofício de mestre de modo significativo. Além disso, as disciplinas pedagógicas devem estar coerentes com as pretensões dos educadores surdos, para que eles ofereçam melhores possibilidades de aprendizagem em sala de aula.

Nesse tópico, ficou constatado que apesar de quase 15 anos do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, a universidade ainda precisa desconstruir estereótipos, criados pela sociedade, e focar seu olhar para a inserção de surdos no ensino superior. Sendo assim, os professores, tanto surdos quanto ouvintes, no decorrer de seu processo formativo educativo devem buscar, na contemporaneidade, uma formação crítica, que promova transformação, proporcione pressupostos teóricos, novas estratégias de ensino e práticas educativas, olhar voltado às diferenças em sala de aula, reflexão acerca de sua atuação e perseverar diante das dificuldades que surgirão ao longo da vida pessoal, social e profissional.

3.3 Acessibilidade à pessoa surda na instituição de ensino superior

Antes de falarmos sobre a acessibilidade, como direito da pessoa surda na instituição de ensino superior é importante relatar brevemente, como e a partir de qual perspectiva se iniciou a educação superior no Brasil.

Durante as várias reformas educacionais que aconteceram no Brasil, no contexto de disputas ideológicas nas décadas de 30 a 60 do século XX, uma delas foi importante para o ingresso da população na educação superior. Segundo os estudos históricos da educação brasileira Bittar e Bittar (2012, p. 158 e 159), mostram que:

A Reforma Francisco Campos, como ficou conhecida, teve como diferencial a criação, pelo menos em lei, de um Sistema Nacional de Educação, além de ter criado o Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo máximo para assessorar o Ministério da Educação.

A seletividade do ensino secundário e a dicotomia entre ensino profissional e secundário ficaram mantidas, favorecendo os filhos da elite. O primeiro ciclo, de cinco anos, tornou-se obrigatório para ingresso no ensino superior; o segundo, de dois anos, em determinadas escolas. O ingresso ao superior devia guardar correspondência obrigatória com o ensino médio, o que também dificultava o acesso ao ensino superior. A Reforma deixou marginalizados o ensino primário, o Curso Normal (formação de professores para atuar no primário) e os vários ramos do ensino profissional, salvo o comercial.

Com a expansão do ensino superior no Brasil, a partir dessa reforma que ocorreu em 1930, fica evidenciado que o acesso a instituição superior tinha como princípio favorecer a elite econômica, e pondo a margem as transformações sócio educativas, já que estas estavam sendo postas em pauta nessa década. No entanto, duas décadas após este acontecimento, o ingresso ao ensino superior passou a ser expandido para as demais classes sociais, devido as novas demandas de trabalho que surgiram com o advento da modernização econômica e industrialização.

Diante disso, podemos dizer que esse acontecimento histórico foi o ponto inicial de uma nova reforma no sistema educacional brasileiro em todos os níveis com a emenda da Constituição Federal de 1988 por uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394/1996. Logo após isso, leis e decretos foram contemplando os mais diversos aspectos educacionais.

Em se tratando do ensino superior, o Conselho Nacional da Educação (CNE), ao definir as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, registram no parecer CNE/CEB nº 17/2001, de 03 de julho de 2001 e a resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001, que os sistemas de ensino têm a obrigatoriedade de matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais.

No entanto, mesmo com a melhoria dos direitos as pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior, observamos que ainda há muitas falhas para a inclusão dos mesmos. Em relação a população surda, não é diferente. Pois, as universidades apresentam duas grandes lacunas: a primeira é a garantia de acesso à educação no ensino superior e a segunda é a permanência até o fim do curso.

No decorrer da história da educação de surdos, a língua de sinais foi oprimida por anos, mas a partir do momento que ganham o direito a educação, têm o reconhecimento da língua de sinais através do decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a lei 10.436 oficializando a Libras. Assim, essa legislação garante aos surdos subsídios legalizados que permitem condições políticas e linguísticas para a inclusão social e educacional da pessoa surda.

Marconcin et. al (2013, p. 2), mencionam em seus estudos que: “poucos alunos surdos conseguem concluir sua trajetória escolar no ensino fundamental. Porém, há alguns alunos que apesar de as dificuldades enfrentadas conseguem terminar as etapas que abrangem a educação básica e ingressam no ensino superior”.

Isso significa que apesar da experiência do surdo na educação básica ter sido acompanhada por frustrações, insucesso, preconceitos, desrespeito e, principalmente, devido a falta de atendimento das suas especificidades educacionais, o número daqueles que conseguem concluir a educação básica e ingressar no ensino superior ainda é mínimo. Porém, embora a universidade seja vista pela sociedade como o lugar que favorece o reconhecimento da diversidade humana, o surdo ainda é retratado como incapaz, em função da sua surdez, e não como diferente pela sua condição linguística.

Dessa forma, as pessoas surdas ainda encontram diversas barreiras que impedem a sua inclusão efetiva no ensino superior. Porque a universidade, na perspectiva inclusiva, não consiste apenas no ingresso de alunos surdos, mas sim em uma nova visão do mesmo. Isto é, proporcionar mudanças significativas que contribuam para a permanência dos alunos adaptando o currículo, a metodologia, a avaliação, oferecer atendimento educacional especializado, intérprete em Libras etc.

Em conformidade com Marconcin et. al. (2013, p. 2 e 3):

Para que o aluno surdo possa ingressar no ensino superior e seja incluído é preciso respeitar sua especificidade linguística, levando-o a aprender e adquirir conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento acadêmico e profissional, proporcionando igualdade de oportunidades de aprendizagem como os ouvintes, por ter direitos iguais de receber um ensino de qualidade. Mediante o alcance de muitos alunos surdos ao nível superior, surge a necessidade das instituições se prepararem para receber esses alunos, a fim de formar bons profissionais para o mercado de trabalho.

Nesse contexto, é evidenciado que a universidade é o espaço adequado para possibilitar a minimizar o preconceito e conseqüente marginalização socioeducativa da pessoa surda. Pois, ela tem papel fundamental na construção da sociedade e conseqüentemente no trabalho de inclusão educacional e social. No entanto, apesar do ingresso dos alunos com necessidades educacionais especiais, entre eles os surdos, representar um avanço na educação universitária, mas há muito trabalho a ser feito para que se concretize sua inclusão plena.

A Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos à promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades especiais. No capítulo VII intitulado: “Da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização”, nos arts. 17 e 18, apresenta-se:

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.
Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Com esta lei da acessibilidade, aparecem os primeiros sinais de interesse pelo surdo, apesar de ter sido citado de forma geral no artigo 18, da referida lei, que prevê intérpretes para cegos e surdos (embora o termo surdo não esteja escrito explicitamente) que necessitem usar a linguagem em braile ou a língua de sinais. Porque o surdo, no contexto educacional, sempre esteve inserido na perspectiva da educação especial, até depois da promulgação da LDB de 1996, a pessoa surda ainda não tinha sido citada de uma maneira independente da educação especial.

Sabemos que as leis, com relação a educação de surdos, precisam melhorar e muito nesse quesito. Porém, apesar de quase 20 anos da lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, as mudanças que ocorreram em favor do direito da população surda à educação foram significativas. Sendo o decreto 5.626/2005 o mais importante para a garantia dos direitos dos surdos na história da educação brasileira.

O decreto de 17 de novembro de 2011, nº 7.611 dispõe sobre o atendimento especializado prevendo a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visando eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que impeçam a participação e aprendizagem e desenvolvimento acadêmico. E em seu art. 2º, inciso 2º, estabelece que: “No caso dos estudantes surdos e com deficiência auditiva serão observadas as diretrizes e princípios dispostos no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005” (BRASIL,

2011).

O ingresso dos alunos surdos nas universidades brasileiras ainda é um cenário desafiador. Porque se por um lado a legislação tenta democratizar o acesso, por outro lado o Brasil ainda não está preparado, organizado o suficiente para pôr em prática os discursos e, conseqüentemente, não havendo a efetivação das políticas públicas voltadas a acessibilidade da população surda ao sistema educacional apesar de existirem, resoluções, decretos, leis, emendas, etc.

A acessibilidade para o professor surdo universitário também é algo importante para ser enfatizado, já que este é o objeto de estudo do nosso trabalho. Assim, abaixo é explanado pelo Ps como é sua relação na UFAL- Campus do Sertão com os demais colegas de trabalho e o que facilita a sua comunicação no trabalho:

A relação com os professores é um pouco complicada, né!? Então eu tenho que está sempre ao lado da intérprete. Mas você lembra que ficou um tempo sem intérprete, né!? Então eu pedia muito ao professor Cristiano para ele me ajudar a me comunicar com os professores, até hoje é um pouco complicada, né!? Porque as vezes não tenho tempo então as vezes me comunico escrevendo e agora como temos a intérprete de Libras facilita bastante. Tem uma professora na UFAL, de engenharia, se não me engano, ela não conseguiu compreender bem a datilologia. Eu acho muito interessante porque ela é maravilhosa, ela gosta de aprender a língua de sinais, ela tem muita atenção, tem paciência e tem esforço. Eu, eu admiro, eu gosto muito que ela está se desenvolvendo, ela demonstra o interesse, mas a maioria não. A maioria necessito me comunicar através da intérprete de Libras sempre, quase sempre.

A intérprete de Libras é ela quem faz a minha acessibilidade na Universidade Federal. Se é não ter intérprete de Libras é impossível o meu trabalho acontecer, mas em tudo reunião, colegiado, reunião com a direção, todo tempo eu estou com a intérprete de Libras, né!? Seria impossível estar sem ela e esta relação de trabalho seria muito complicado de lidar. Então se as pessoas fossem fluentes, né !?, seria muito melhor, mas isso é um sonho e não é realidade. Então se a direção fosse fluente, se os professores fossem fluentes, então seria bem mais leve para trabalhar com os professores, mas isso é um sonho não é realidade.

Tanto para o professor quanto para o aluno, ingressantes surdos no ensino superior, ainda é uma situação complexa, já que eles ainda representam uma pequena porcentagem dos que conseguem ingressar na universidade e ainda têm que se deparar com questões que dificultam seu desempenho educacional através do despreparo dos profissionais, falta de materiais adequados a necessidade educacional do surdo, ausência de intérprete de Libras, metodologias específicas para o ensino da língua portuguesa, como a segunda língua, etc.

Conforme enfatizado pelo participante Ps, a presença do intérprete de Libras é essencial para facilitar a comunicação com as outras pessoas e desenvolvimento do seu trabalho. Além do mais, se os ouvintes comesçassem a enxergar a Libras como uma língua e tivessem o interesse de aprendê-la, com certeza isso minimizaria a insegurança do sujeito surdo em pedir

alguma informação, expor sua opinião sobre determinado assunto ou até mesmo tentar iniciar uma conversa com um ouvinte. Isto vale tanto para o professor surdo, quanto para os alunos surdos que ingressam no ensino superior.

Segundo Leite (2018) é importante que os professores criem táticas didático/pedagógicas para facilitar no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo e na interação deste com as disciplinas e com os demais alunos. Assim, apresenta as seguintes dicas:

Quadro 1: Ações didático/pedagógicas que contribuem para a inclusão de alunos surdos no ensino superior.

Dicas destinadas a professores e profissionais do segmento educacional
1. Evita deixar a sala de aula totalmente escura ao utilizar slides ou vídeos.
2. Ao selecionar um vídeo, analisar se possui legenda em português ou em Libras.
3. Preparar estratégias metodológicas para facilitar o entendimento dos conteúdos.
4. Incentivar a interação dos alunos ouvintes com os surdos, incluindo-o nos grupos de estudos.
5. Com o auxílio do intérprete, ajudar o surdo na interpretação de textos em português, já que a língua de sinais possui uma estrutura gramatical diferente do Português.
6. Saber controlar o hábito de explicar o conteúdo e fazer anotações, porque o professor é ponto de referência tanto para o aluno surdo quanto para o tradutor intérprete.
7. Interagir com o aluno surdo, igual aos outros alunos, caso o intérprete não esteja presente.
8. Se necessário, faça um curso básico em Libras. Além de ser uma nova experiência, irá enriquecer seu currículo profissional e social.

Fonte: Quadro elaborado através das informações da Cartilha de orientação da FANESE, 2018.

Apesar da deficiência na formação da maioria dos professores universitários, sobre a educação de surdos, a falta de materiais didáticos também precisa ser considerada como sugestão para a melhoria do processo de aprendizagem da pessoa surda, uma vez que por ser usuário da Libras, que é uma língua visual e espacial, precisa estar centralizada nas ações didático/pedagógicas tais como, filmes, documentários e principalmente através da presença do intérprete dentro da sala de aula.

Além disso, as universidades devem oferecer suportes tecnológicos para que os alunos surdos tenham acesso as informações sobre a instituição de ensino superior, aos conteúdos das disciplinas e utilização de linguagem visual para que os surdos tenham acesso a todos os

ambientes universitários (sala de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, laboratórios, área de lazer, entre outros). Levando em conta também a utilização de aplicativos de libras e a presença do intérprete de Libras, já que estes são apoios pedagógicos que podem auxiliar no modo de ensino linguístico diferenciado da pessoa surda.

Além disso, podemos relacionar esse cenário as estratégias utilizadas pelos alunos entrevistados para aprender Libras com o professor surdo. São elas:

Gráfico 3 – Estratégias utilizadas para estudar e aprender Libras.



De acordo com o gráfico acima, os alunos da turma sem intérprete utilizam três estratégias de estudo das cinco propostas, sendo que há um maior acesso de informação através do aplicativo do celular e do professor surdo. Por outro lado, os alunos da turma com intérprete responderam que usam as cinco estratégias propostas e fica evidente que a tecnologia (app do celular) é mais acessada do que o próprio professor surdo.

Com isso, podemos perceber que a tecnologia é tão importante para o aluno surdo universitário quanto para os alunos ouvintes que buscam estudar e aprender Libras com um professor universitário surdo, sendo também essencial para o professor surdo tirar as dúvidas dos alunos e conversar com os mesmos, já que ele tem domínio do português através da modalidade escrita. Como é visível na narrativa do aluno acerca da atuação do docente:

Foi uma experiência bem enriquecedora. De início, realmente eu pensei: como vou tirar minhas dúvidas com um professor surdo? Mas foi mais fácil do que eu imaginava. O alfabeto manual e a escrita ajudaram muito. Além do que, o professor sempre se mostrou disposto a tirar nossas dúvidas também via whatsapp (Aluno 15).

Diante disso, podemos extrair que mesmo a tecnologia estando acessível e a disposição dos alunos, praticamente a todo momento, estes mostram que compreenderam que para aprender e estudar Libras pode-se utilizar de várias estratégias de estudos para melhor assimilar os conhecimentos dessa língua de sinais.

Diante desta realidade podemos inferir acerca do ingresso do aluno surdo universitário: muitos professores universitários não estão preparados para trabalhar com as diferenças linguísticas e as carências provenientes da educação básica do estudante surdo, de forma que a inclusão plena do surdo universitário não está sendo concretizada na prática, apesar dos avanços educacionais que foram alcançados pela população surda, através das políticas públicas.

3.4 Relação entre professor surdo e alunos ouvintes

Por meio da observação e da constatação percebemos que é escassa a abordagem sobre professores surdos que ministram aulas para ouvintes. Porque quando se pensa na inclusão educacional, o foco é todo direcionado para os alunos, então porque não quebrar esse paradigma e aceitar que pessoas com necessidades educacionais podem assumir um cargo importante na sociedade, como no caso de um professor surdo que ministra aula para alunos ouvintes no curso de Pedagogia?

Assim, esse tópico busca apresentar que um professor surdo pode e consegue promover a sua própria inclusão no universo acadêmico, educacional e de trabalho, apesar de sua condição de surdo. Já que é através dessa condição que o professor surdo pode mostrar para os alunos ouvintes que a surdez precisa ser vista como diferença e não como uma limitação, além de promover o respeito e inserir a língua de sinais em seu contexto social, escolar, político, religioso, enfim, em vários lugares.

Pensar em um professor surdo ministrando aula de Libras para ouvintes parece ser algo impossível para muitos ouvintes. Apesar de ser um assunto novo na educação brasileira, este merece ser visto e aceito sem indiferença, desprezo e desrespeito. Além disso, refletir sobre essa situação também nos faz pensar quais as estratégias de ensino o professor surdo usará para desenvolver o ensino de Libras, atendendo às necessidades dos alunos ouvintes? E como desmistificar os conceitos preconcebidos pelos aprendizes ouvintes em relação a pessoa surda e principalmente a sua língua de sinais?

Geralmente, o ensino de Libras é intermediado pelo intérprete ou através de um professor ouvinte com especialização em Libras. Dessa forma, quando os alunos são informados que terão aula de Libras com um professor surdo, estes se depararam com um

contexto educacional diferente e questionamentos podem surgir, por exemplo: como irei me comunicar com o professor surdo?, eu não sei falar em Libras, não seria mais fácil o intérprete dar aula?.

No gráfico abaixo é mostrado os questionamentos dos estudantes ao saberem que as aulas de Libras serão ministradas por um docente universitário surdo. Vejamos:

Gráfico 4 – Primeira impressão ao saber que terá aula de Libras com um professor surdo.



Essas interrogações são naturais quando está envolvida a relação entre línguas e culturas distintas. Vejamos o que dizem os entrevistados sobre a presença de um docente surdo ministrando aula na turma:

A presença de um docente surdo trouxe a necessidade de tentar compreender melhor as dificuldades enfrentadas pelo mesmo e pelos discentes que, na maioria das vezes, não entendiam o que o professor estava falando, pela ausência de conhecimento e domínio necessário das Libras, tendo muitas vezes que recorrer a ajuda da intérprete de sala. Nestes casos, os diálogos diretamente com o professor ficavam um pouco distante do ideal, visto que, sem a presença da intérprete a interação ficava praticamente ausente sem comunicação de ambas as partes (Aluno 01).

O que mais achei difícil é a comunicação devido eu não ter domínio da língua de sinais mais de resto achei interessante, pois a metodologia utilizada ajudou na compreensão dos conteúdos e também a dinâmica das aulas que muitas vezes envolvia a participação dos alunos para aprimoramento do conteúdo já que também tinha a intérprete para dá todo o suporte mediante as aulas, e foi uma nova experiência com um professor surdo (Aluno 02).

Minha experiência ao estudar Libras foi primeiramente de impacto, porque eu não

sabia ao certo nada sobre se comunicar com sinais, mas na medida que fui estudando, gostei bastante. Percebi que Libras, é uma disciplina complementar que é de suma gratificação para o currículo em quanto estudante e profissional, e se a sociedade bem soubesse, implementaria a Libras em todos os níveis de ensino, porque ela é, sem dúvidas, essencial (Aluno 06).

Diante desse contexto educativo, tendo o professor surdo no ensino-aprendizagem de uma segunda língua, observamos por meio do gráfico e dos relatos, que ambos os entrevistados se questionam sobre a mesma coisa ao saber que teriam aula de Libras com esse professor. Mas, isso é bastante compreensivo, já que os alunos não são fluentes nessa língua de sinais. Além do que é natural do ser humano temer aquilo que não conhece.

Também analisamos que o intérprete é o único recurso humano que auxilia na comunicação entre discentes ouvintes e professor surdo. Assim como também, cabe ao próprio docente surdo planejar as ações significativas que envolvam tantos os alunos ouvintes, quanto intérprete e professor surdo para que as aulas de Libras se tornem interessantes e instigantes para os ouvintes, como foi bem relatado anteriormente pelas narrativas dos entrevistados.

Após a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que regulamenta a Libras como a língua dos surdos brasileiros, logo em seguida foi baixado o Decreto nº 5.626, de 22 de abril de 2005, que formaliza a inclusão de Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores em nível médio e superior nas instituições de ensino público e privado. Oliveira e Chiote (2012, p. 114), mencionam em seus estudos a respeito da apropriação da Libras e sobre a relação do professor surdo e alunos ouvintes que:

A exigência do ensino de libras na escola e nos cursos de licenciatura tem aberto um campo novo de trabalho tanto para profissionais ouvintes como para surdos, que podem atuar como instrutores de libras ou docentes, em cursos de formação de professores. A inserção de profissionais surdos na área educacional coloca a ouvintes e surdos o desafio da interlocução e do estabelecimento de formas de compartilhamento de concepções de mundo e de conhecimentos sobre o movimento de inclusão escolar, sobre o surdo e a surdez, bem como a necessidade de analisar os processos de ensino e os percursos de aprendizado da Libras por sujeitos ouvintes.

Apesar da importância do ensino de Libras nos cursos de licenciaturas é relevante salientar que através desse ensino há possibilidade de emprego para professores surdos quanto para ouvintes. Aproximando essa situação a realidade do professor surdo, entendemos que a pessoa surda é capaz de alcançar o objetivo de vida, desde que ele tenha apoio dos familiares, amigos, professores e todos os seus direitos garantidos conforme se encontra prescrito em lei.

Em se tratando da sala de aula com o professor surdo, percebemos que os alunos preferem consultar o intérprete de Libras, já que esta também faz uso da língua oral, ao invés do próprio docente surdo. Porém, a interação comunicativa entre o professor surdo e o aluno ouvinte é de suma importância, visto que é por meio desse contato que aos poucos os alunos

ouvintes passarão a compreender como a língua visual do surdo se manifesta e se organiza no espaço.

No entanto, essa interação pode levar um tempo para se concretizar, já que muitas vezes os ouvintes sentem medo ou nervosismo em se comunicar na língua de sinais (Libras), favorecendo assim o contato do aluno ouvinte com intérprete e menos com o próprio professor. Sem contar que esse distanciamento também é ocasionado através dos preconceitos e crenças que os próprios alunos possuem sobre a cultura surda e que, conseqüentemente, podem influenciar negativamente no processo de aprendizagem da Libras.

O gráfico a seguir mostra um pouco do preconceito implícito nas respostas dos alunos quanto a preferência pela intérprete ao perguntar algo acerca da disciplina de Libras. Observem:

Gráfico 5 – A quem recorrer para tirar as dúvidas nas aulas de Libras?



Nesse gráfico, podemos analisar que os alunos preferem tirar as dúvidas com a intérprete, sendo que esta apenas está presente na sala de aula para mediar a comunicação entre o professor e os discentes e vice-versa. É importante mencionar que a primeira turma passou o período quase todo sem intérprete de Libras que apareceu quando estava perto de encerrar a disciplina, por isso, nos perguntamos: “Porque escolher a intérprete para tirar as dúvidas já que esta surgiu no término do período letivo?”

Apesar disso, podemos afirmar que ambos os alunos escolheram a intérprete pelo simples fato dela ser ouvinte e também ter conhecimento sobre a língua de sinais. Mas, o que eles precisam entender é que esta profissional está em sala de aula para intermediar a comunicação e não tirar as dúvidas da disciplina, uma vez que esta tarefa é destinada ao docente responsável pela disciplina de Libras.

Essa presença da intérprete é evidenciada pelos alunos quando falam como foi a experiência de ter um professor surdo no ensino da Libras. Vejamos:

Eu gostei, foi uma experiência única, e com a ajuda da intérprete não houve tanta dificuldade (Aluno 03).

Foi razoável até porque durante as aulas de Libras a intérprete sempre estava presente para intermediar nosso contato com o professor (Aluno 11).

Foram legais, embora em alguns momentos antes de ter intérprete era um pouco difícil conversar com o professor para tirar dúvidas tendo em vista que não conhecia muito de Libras (Aluno 16).

Para os dois primeiros entrevistados a aprendizagem da Libras só foi possível pela presença da intérprete nas aulas. Enquanto que para o terceiro o ensino da Libras foi mais complicado pela ausência da intérprete, mas isso não o impediu de buscar tirar suas dúvidas com o professor surdo, apesar de conhecer pouco Libras.

Diante desse cenário, foi perguntado ao participante Ps como ele se sentia ao ver os alunos indo tirar as dúvidas com a intérprete, e a resposta foi a seguinte:

Então, é já aconteceu algumas vezes que eu estava dando aula e o aluno ia conversar com a intérprete, né!? E eu fico olhando e geralmente a intérprete sempre comunica que pergunte ao professor, fale com o professor. A intérprete sempre deixa claro que a função dela é ser intérprete, né!? Mas como é... ela sempre se posiciona é... fala comigo e pedi para que o aluno vá perguntar ao professor, então pra mim é tranquilo trabalhar com ela. Então é... a ética do intérprete de Libras, né!? Então é interessante que a intérprete de Libras respeita também. O aluno sempre vai falar com a intérprete, mas eu tô ligado, eu percebo muito rápido, a minha visão periférica é ótima, eu sempre observo muito os alunos.

Através desse relato, podemos dizer que mesmo que os discentes recorram a intérprete para perguntar algo sobre a disciplina Libras, ela deixa claro que as dúvidas precisam ser perguntadas ao professor e não a ela. Isso demonstra o respeito que a intérprete tem com o docente surdo e por isso ela sempre fala aos alunos que o professor está em sala e, portanto, é com ele que as dúvidas precisam ser esclarecidas. Fazendo dessa maneira com que os próprios alunos reconheçam e respeitem a diferença linguística do professor responsável pela disciplina de Libras.

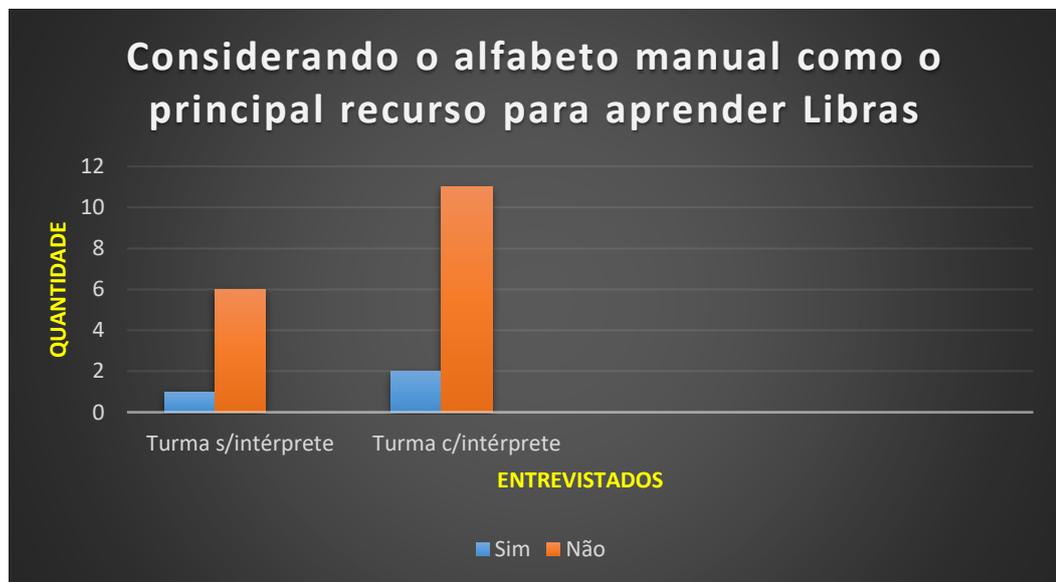
De acordo com Oliveira e Chiote (2012, p. 115), a função primordial da linguagem para as relações sociais e culturais dos seres humanos:

[...] seja ela gestual, seja sonora, tem por objetivo comunicar, transmitir as experiências acumuladas ao longo da história da humanidade. Por outro lado, ela também tem um papel primordial na constituição do sujeito, na medida em que, ao possibilitar a apropriação da cultura, o acesso aos conhecimentos acumulados e construídos no transcorrer da história da humanidade permite também a apropriação de modos de ser, de pensar e de agir. É na linguagem, pela linguagem e com a linguagem que nos constituímos humanos.

Através desse aspecto, percebemos que muitos alunos ouvintes ainda não visualizam a Libras como uma língua dos surdos, com toda a sua estrutura e complexidade gramatical. Pois, a maior preocupação é em memorizar o maior número de palavras em Libras, excluindo a significância do processo comunicativo nessa língua. Isto é, a crença de que o aprendizado de Libras é concebido por meio da memorização de sinais ou da formação de palavras com o auxílio do alfabeto manual, sendo esta somente a representação do português sinalizado.

No gráfico abaixo os dados coletados dos estudantes mostrar a concepção da maioria da população a respeito do alfabeto manual como sendo o único meio de se aprender Libras. Vejamos:

Gráfico 6 – Considerando o alfabeto manual como o principal recurso para aprender Libras.



A partir do gráfico, observamos que nas aulas de Libras a crença de que esta é uma representação sinalizada do português e que tem como base o alfabeto manual foi bem trabalhada pelo professor surdo, pois os discentes não concordam com essa definição. Com isso, observamos que os alunos que responderam “não” consideram a língua de sinais como sendo a língua dos surdos, que possui uma estrutura gramatical própria, suas regras e que pode ser aprendida além do alfabeto manual, que nada mais é do que mais um recurso metodológico para aprender a Libras. Enquanto que a minoria que disse “sim” digamos que acreditam que só por meio do alfabeto manual é possível aprender a Libras.

Diante dessa concepção dos alunos ouvintes, em relação a Libras, é fundamental que o professor surdo proporcione aos seus aprendizes situações que envolvam atividades em grupo

e de comunicação mais próximas da realidade, para que aos poucos percebam que a língua utilizada pelos surdos é a forma de interação dos mesmos, que aprender Libras é uma maneira de interagir com a população surda e compreender que a língua de sinais se organiza dentro das diversas formas comunicativas.

Com base nisso, o Ps comenta um pouco da sua rotina em sala de aula enfatizando a presença e ausência da intérprete no momento das aulas de Libras:

Eu uso bastante a questão da intérprete de Libras e eu sempre utilizo a presença, eu prefiro que ela esteja presente nas aulas de Libras, né!? Então, quando não tinha intérprete de Libras, é... eu dava aula sozinho, né!? Utilizando algumas mímicas, gestual para que os alunos entendessem algumas coisas, mas nas aulas de teorias, teoria da língua de sinais, eles não conseguiam acompanhar porque eu não conseguia dar para eles, né!?, porque é um assunto mais avançado, né!? E agora com a intérprete de Libras eu consigo desenvolver... eu faço seminário, debates, discussões e isso contribui bastante com a intérprete de Libras. Antes não era possível, né!? Então, agora é possível estando com a intérprete de Libras... eu sorteio alguns conteúdos para os alunos e eles debatem. Mas se não tivesse intérprete de intérprete de Libras a interação não seria possível acontecer. Certo? Então é fundamental para mim a questão da intérprete de Libras é... pra conseguir me relacionar com os alunos. Então como a intérprete estar presente isso facilita muito a comunicação entre os ouvintes.

Através disso, os alunos precisam entender que é importante buscar a comunicação em Libras para aprender uma nova língua. Por isso, a necessidade do professor surdo, de Libras para ouvintes, estimular os alunos a compreenderem que a Libras é uma língua e que atende a todas as alternativas comunicativas de uma língua, já que a mesma possui todos os aspectos linguísticos de uma linguagem oral e que a presença da intérprete é essencial para suas estratégias metodológicas se tornem mais compreensivas. Em concordância com Oliveira e Chiote (2012, p. 118 e 119), apresentam que:

Diante disso, para analisar o processo de apropriação de conhecimentos sobre libras por alunos ouvintes em aulas ministradas por um professor surdo, é preciso levar em consideração as relações sociais, o jogo de imagens que perpassa o conteúdo, os envolvidos no ato educativo e as práticas de ensino historicamente construídas e estabilizadas no espaço escolar.

A partir disso, o professor surdo, em sua prática docente, precisa analisar todos os detalhes possíveis para não produzir uma prática desprovida de princípios e de teorias, sem fundamentação. Por isso, é essencial que ele consulte materiais didáticos que sejam favoráveis ao aprendizado da Libras pelos alunos ouvintes, utilize recursos como slides ou vídeos, apostilas e, principalmente, proporcionar trabalhos em grupo a fim de que os alunos interajam entre si e vivencie a experiência de usarem uma língua diferente na comunicação.

Contudo, apesar do reconhecimento da Libras como língua dos surdos brasileiros e o ensino dela no contexto da educação brasileira ainda serem considerados recentes (18 anos), é

importante destacar a relevância do planejamento do professor surdo em desmistificar a ideia de que a Libras é somente a representação do português sinalizado ou simplesmente gestos ou mímica. Por isso, se faz necessário apresentar a Libras como uma língua, que como as demais línguas orais, possibilita que tanto surdos quanto ouvintes possam se comunicar e discutir sobre qualquer assunto.

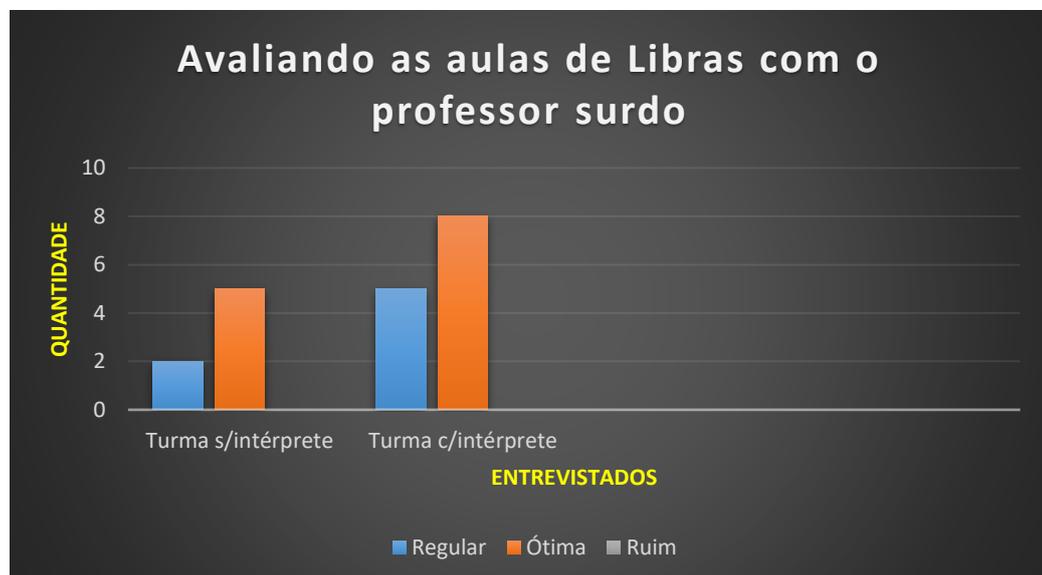
De acordo com Teske (2010, p. 142) a aceitação das diferenças dos surdos deve ser refletida e valorizada, por isso afirma que:

Pensar o multiculturalismo na educação de pessoas surdas ou ouvintes, a partir de uma visão crítica, talvez seja uma alternativa para aqueles que investigam e atuam na educação surda. É importante que os sujeitos aprendam a apropriar-se criticamente do conhecimento que existe, o qual, muitas vezes, está além de suas experiências imediatas. É importante que os sujeitos surdos e ouvintes possam ampliar sua compreensão de si mesmos e do mundo onde interagem e, a partir destas ações, transformar o próprio presente.

Além disso, acreditamos que conviver com a presença de um professor surdo na sala de aula, nada mais é do que aprender algo novo com o diferente. Pois, apesar dos vários desafios que o professor surdo enfrentou em toda a sua trajetória histórica, é muito incômodo quando um aluno ouvinte ignora a sua presença de professor e prefere tirar suas dúvidas com o intérprete. Sendo assim, cremos que a relação de um professor surdo com alunos ouvintes precisa ser uma convivência de aprendizado mútuo, uma vez que tanto o docente quanto os estudantes podem incentivar o ensino da Libras para ouvintes e, também inspirar pessoas surdas a buscarem o mercado de trabalho independente da sua condição de surdo.

Em virtude do que foi mencionado, vejamos no gráfico a seguir como os entrevistados classificam as aulas de Libras:

Gráfico 7 – Avaliando as aulas de Libras com o professor surdo.



O gráfico nos mostra que nenhum dos entrevistados considerou “ruim” ter aula de Libras com um professor surdo. Percebemos também que a maioria dos alunos acharam as aulas ótimas, independente da presença ou ausência da intérprete. Mesmo que alguns considerarem as aulas regulares, observamos que através dessas perspectivas de avaliação, os alunos aceitaram ter um docente surdo na sala de aula e, conseqüentemente, reconheceram e aprovaram o trabalho pedagógico realizado por ele. Como veremos nas narrativas abaixo:

Foi uma excelente experiência, pois sempre quis aprender Libras. Ter um professor surdo na disciplina de Libras foi a melhor coisa que poderia ter acontecido, uma vez que além de aprender a Libras com o próprio sujeito surdo também foi possível aprender e conviver um pouco da cultura surda. Além do mais, ter um professor com suas particularidades em sala de aula, me fez enxergar que independente de sua perda auditiva o surdo pode ser um excelente profissional e, além do que, a presença da intérprete de Libras é fundamental na mediação de surdos e ouvintes, nesse contexto (Aluno 08).

Interessante, pois aprendi um pouco de Libras com uma pessoa que não só entendeu a história dos surdos, mas que também vivenciou (Aluno 09).

Foi uma experiência bastante importante, me trouxe um grande aprendizado, e poder obter o conhecimento da Libras com o profissional docente surdo foi ainda mais especial, pois ele nos transmitiu um apoio maior nas aulas. Foi para me uma experiência maravilhosa (Aluno 10).

Foi uma das melhores disciplina, pois ela proporcionou um contato mais real com a língua de sinais (Aluno 12).

Boas aulas, professor dinâmico. Porém, não me interesseo pela área (Aluno 13).

Com base no que foi abordado, observamos que a relação entre o professor surdo e seus alunos ouvintes, foi uma experiência agradável e de muito aprendizado. Pois, os alunos puderam aprender um pouco da Libras com um profissional que faz uso dessa língua, uma vez que o que determina o ofício da docência, não é ser surdo ou não, é a sua capacidade de ensinar. Porque por trás da surdez existe um sujeito com potencial, objetivos, força de vontade, perseverança, determinação, etc.

Além disso, não podemos esquecer de mencionar que a presença da intérprete também foi fundamental no ensino da Libras, já que através dela o professor pode variar a dinâmica metodológica dentro da sala de aula e proporcionar uma aprendizagem mais significativa para os alunos.

SEÇÃO 4 SURDOS NO MERCADO DE TRABALHO

Com as mudanças ocorridas ao longo do processo histórico da educação dos surdos, muitas conquistas foram alcançadas e a pessoa surda passou a ganhar espaço na sociedade ouvinte. Em meados do século XVIII as pessoas consideradas deficientes auditivos começaram a sair de suas casas para irem estudar e trabalhar, especificamente na França, onde foram educados e preparados para exercerem o magistério e outros ofícios (DALCIN, 2009).

Esse fato deveria ter sido um exemplo a ser seguido pelos demais países, mas, em vez de tornarem possível a educação e a qualificação das pessoas surdas fizeram com que o processo histórico dos surdos retrocedesse, como aconteceu no Congresso de Milão em 1880, onde aniquilaram as escolas para surdos e tentaram exterminar as associações de surdos e a língua de sinais, favorecendo assim a população ouvinte.

No entanto, apesar dessas situações, o século XX trouxe um fio de esperança para os surdos, mesmo contendo seus momentos bons e ruins no processo educacional e de habilitação profissional para as pessoas surdas, nesse período os surdos começaram a obter alguns direitos quer seja nos âmbitos social, educacional, profissional e principalmente linguístico.

Dessa forma, segundo Vilela (2016, p. 51):

A contribuição dos estudos linguísticos acerca da Libras e os esforços da comunidade surda, que nos últimos anos havia se organizado politicamente através das diversas associações e da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), somaram-se a um discurso cada vez mais qualificado em prol da língua gesto-visual, agora produzido pelos próprios surdos, em um espaço que até então não ocupavam: a academia. Importantes líderes surdos concluíram seus doutorados em universidades públicas e tornaram possível o reconhecimento da Libras como língua da comunidade surda brasileira.

A partir disso, pode-se verificar que desde a década de 1970 até o reconhecimento da Libras em 2002 no Brasil, ocorreram avanços significativos que buscaram oferecer uma educação adequada às especificidades dos surdos, como também um maior interesse da população surda por uma formação e qualificação profissional, já que buscavam e buscam se inserir no mercado de trabalho.

Segundo Ps ao relatar como surgiu a vontade de ser professor e como foi sua primeira experiência no ingresso da profissão, ele enfatiza que:

Então, na verdade, eu não tinha essa vontade, essa ambição de ser professor, eu vendia CD, DVD, caneta, vários objetos. Eu viajava muito, viajando vendendo esses materiais e não pensava em ser professor, não era um objetivo meu, certo? Então quando eu terminei o ensino médio eu fui fazer um curso, aprendi algumas coisas, um curso de instrutor de Libras, então eu fui aprovado, foi super muito bom, viajei para eventos, palestras, ensino superior e eu fiquei observando isso, e eu disse: “eu quero

isso”. Então eu quis fazer o vestibular, quando era instrutor de Libras dando aula e eu ia aprendendo e então eu consegui conciliar, né!? E hoje eu me formei, sou professor de Libras, né!? E depois que as leis surgiram mudou muita coisa, tá? E aí eu consegui evoluir a esse nível que estou hoje.

Primeiramente eu fui instrutor de Libras no CAES, né!? Então inicialmente eu fiquei um pouco assustado para saber como iria acontecer, né!? É, é, é, eu tinha umas pessoas experientes quando estava estagiando, então eu ficava observando a aula, eu estava, eu estava estagiando, podemos dizer assim, aprendendo um pouco de como era a dinâmica de sala de aula, então eu entendi nesse momento, né!? E depois eu conseguir desenvolver, né!? Agora dando aula eu fiquei pensando: “como eu vou conduzir uma turma?”, né!? Então tinha pessoas que me auxiliavam, me davam força, então fui melhorando. E... lá no CAES dando aula de Libras eu conseguir entender os meus primeiros passos como professor, né!?

Com isso observamos que o sujeito surdo, assim como qualquer outra pessoa ouvinte, almeja alcançar seus objetivos de vida social, profissional e pessoal. Além disso, é possível perceber que as experiências vivenciadas e o apoio de algumas pessoas são essenciais para que possamos escolher um caminho vocacional, sendo este um ideal para uma futura profissão.

Além do mais, também percebemos que os surdos atualmente procuram ter uma formação educacional e profissional, entretanto, mesmo buscando uma melhor qualificação de vida produtiva, já que sua condição de surdez não os impedem de conquistar suas metas e de obterem uma educação profissionalizante, as empresas e instituições educacionais, no caso dos professores surdos, ainda não estão preparadas para receber e lidar com a práxis dos mesmos. Por isso, é necessário que as instituições de ensino deem a oportunidade para um professor surdo e os incentivem a buscar uma melhor qualificação, tornando a lei realmente efetiva na vida desse sujeito.

4.1 Educação regular X educação bilíngue

Quando pensamos na educação dos surdos não devemos restringi-los somente à educação e superior, pois trata-se também de inseri-los numa educação profissionalizante, preparando-os para a vida profissional, nesse caso o surdo enquanto professor surdo para ouvintes.

Reforçando essa ideia da educação profissional, vale ressaltar que esta modalidade de ensino está especificada na própria LDB, a qual trata em seus arts. 39 a 42 que: a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (BRASIL,31 e 32 2017).

A partir disso é importante salientar que o decreto 5.626/2005 determina em seu art. 4º

como deve ser a formação do profissional em Libras para ensinar essa língua de sinais nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior, e deixa explícito a preferência de profissionais surdos para atuarem nesses cursos, focando assim na presença do professor surdo.

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

Apesar de estar contido na lei a preferência de professores surdos nos cursos de Libras, ainda é escassa a presença desses docentes nas instituições de ensino superior, especificamente na UFAL – Campus do Sertão, onde está presente apenas um docente surdo para atender a todos os cursos desta instituição com alunos ouvintes. Com isso a pergunta que fica é: não seria mais fácil um professor surdo ministrar a aula de Libras para alunos surdos ao invés de alunos ouvintes?

Esse é um questionamento que muitos podem se fazer, mas a questão não está relacionada com o público ideal para a docência do professor surdo, mas em que espaço educacional este prefere ensinar a sua língua de sinais. Porque um trabalho pedagógico da Libras requer que a mesma seja introduzida como parte do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola que proporcione uma educação regular ou bilíngue, pois inserir e incluir o professor surdo não significa que o ensino da Libras está resolvido.

A partir disso, o participante Ps faz uma breve explanação da condição de ensino que ele considera importante na educação dos surdos:

Veja bem, eu vou resumir um pouco, tá? Por exemplo, do jardim, da infância até a 4ª série é importante que a escola seja bilíngue, até porque o surdo não adquiriu a língua de sinais, então é necessário que este aluno seja inserido numa sala bilíngue para que com a metodologia adequada/apropriada, ele venha a adquirir a língua de sinais que a L1 do surdo. Então a partir do 5º ano eu acredito que... 5º ano, nível de ensino superior, eu acredito que ele já pode ser trabalhado com a sala de aula inclusiva, podemos dizer assim, com o intérprete de Libras, né!? Mas no jardim até a 4ª ou 5ª série é necessário que... necessário... eu acho fundamental, eu prefiro que a educação de surdo ela seja em uma sala de aula bilíngue, né!? Então, quando o aluno tiver adquirido a língua de sinais, ele já pode ser inserido em uma sala de aula com intérprete de Libras, então isso pra mim é fundamental porque são línguas diferentes, metodologias diferentes, então nessa fase é necessário que seja respeitado a língua de sinais do surdo, né!? Então se você coloca um surdo diretamente numa sala inclusiva, numa sala regular, vamos dizer assim, o surdo ele vai ter um déficit de aprendizado muito grande devido a ausência do aprendizado da língua de sinais. Eu penso dessa maneira.

Partindo desse ponto de vista, realmente é ilógico inserir uma criança na escola inclusiva sem que a mesma tenha aprendido a sua língua materna, a língua de sinais. Até porque a maioria das escolas não sabem como repassar os conhecimentos necessários para a formação desse sujeito e acabam inserindo-o só para dizer que estão cumprindo com a lei.

Por isso, há a necessidade da criança surda ter e aprender a língua de sinais nos primeiros anos da sua vida escolar, para que ele tenha um suporte quando for incluída em uma sala de aula inclusiva e de preferência com a presença da intérprete. Isso também pode ser relacionado quando o professor surdo é inserido numa instituição de ensino inclusiva. Segundo apresentam em seus estudos acerca das escolas inclusivas, Oliveira (et. al., 2015, p. 890):

Com as novas políticas educacionais, a inclusão passou a ser defendida na escola e com isto o desafio de transformá-la em um espaço para atender a todos, mudando principalmente as práticas educativas. Para isto, a escola inclusiva deve ser pensada como espaço de trocas e respeito às diferenças. Essa ideia de inclusão traz o entendimento de que, pelo fato de todos estarem frequentando o mesmo ambiente, a aprendizagem ocorrerá de maneira natural, assim como prepararia a comunidade escolar para a convivência, respeito e tolerância às diferenças.

Isto quer dizer que as instituições de ensino ao receberem os professores surdos devem assumir com exatidão suas obrigações para atender as especificidades destes profissionais. Além disso, é necessário que aja um intérprete na sala de aula, na educação regular, deve haver modificações nos currículos e adequações físicas e didáticas para que mesmo sendo em escolas regulares ou bilíngues a docência do professor surdo seja possível, já que é um direito dele aparado por lei.

No entanto, apesar dessas alterações que precisam ser feitas precisamente nas escolas regulares, afim de atender as necessidades dos surdos, estas ainda precisam melhorar na perspectiva de reconhecer a Libras como a língua dos surdos brasileiros e respeitar sua cultura. Por isso, a existência da educação bilíngue no país é uma modalidade mais aceita pela comunidade surda. De acordo com Oliveira (et. al., 2015, p. 893) afirmam que:

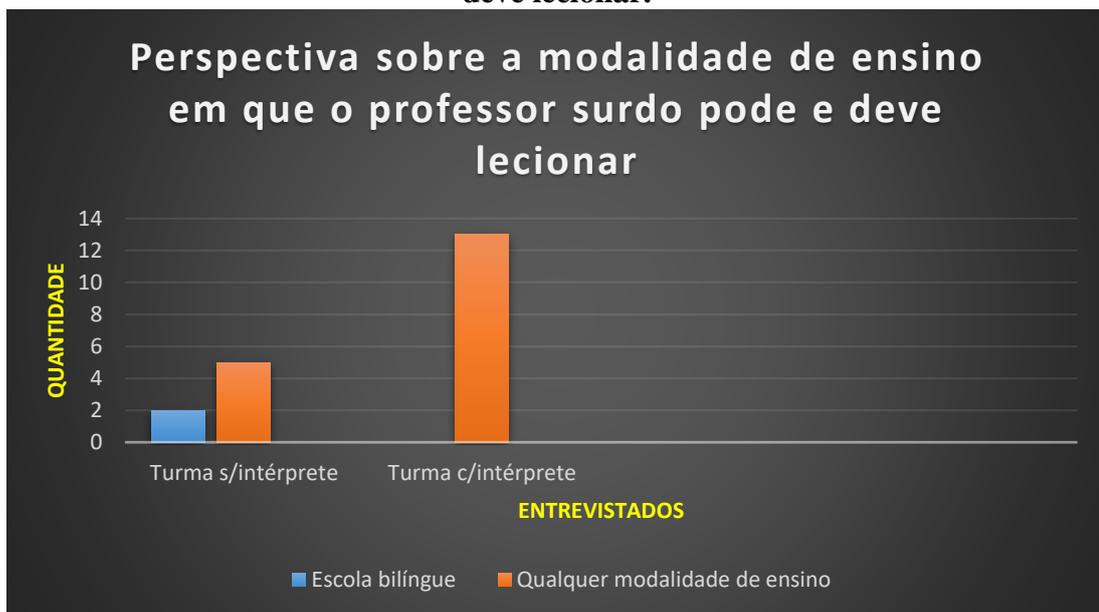
Inovando as práticas de ensino e a maneira de entender a surdez, a educação para surdos propõe a instrução e o uso da língua de sinais e do idioma do país, de modo a tornar o aluno bilíngue. É necessário criar condições para os alunos surdos se desenvolverem no mesmo patamar dos alunos ouvintes. Sendo assim, políticas de educação bilíngue para surdos significam uma mudança de cultura, de visão de mundo, de pensamento e de ações.

Trazendo à tona a figura do professor surdo, em sua prática profissional em sala de aula, não adianta o docente ser fluente em Libras e compreender o português em sua modalidade escrita, ele precisa procurar meios que atendam as singularidades dos alunos (ouvintes ou surdos) para que consiga realizar de forma eficaz o processo de ensino-aprendizagem,

respeitando à diversidade de todos.

Pois, podemos dizer que a inclusão do professor surdo na educação bilíngue e na educação regular, especificamente, é uma oportunidade do docente incentivar os seus alunos a conviverem com as diferenças, proporcionando-lhes uma aprendizagem tanto educacional quanto pessoal. A partir dessa concepção, os entrevistados respondem em que etapa de ensino acreditam que um surdo pode atuar como professor. Vejamos:

Gráfico 8 – Perspectiva sobre a modalidade de ensino em que o professor surdo pode e deve lecionar.



Observamos que quase todos os alunos acreditam que o professor surdo pode lecionar em qualquer modalidade de ensino, reconhecendo que o sujeito surdo pode ser o que quiser e está em qualquer lugar desde que ele tenha se preparado para assumir tal responsabilidade e conquistado espaço em uma sociedade ouvinte que também é sua.

Já as duas pessoas da primeira turma que disseram que ele pode e deve lecionar em escola bilíngue, podemos dizer que elas limitam o professor surdo a esta modalidade, pelo fato que na escola bilíngue ele estará diante de uma comunidade surda e onde a língua de sinais é priorizada nesse lugar. Assim, segundo Oliveira (et.al., 2015, p. 894) pondera-se que:

É fazendo uso dessa língua calcada na potencialidade visual que os surdos vão ter maior possibilidade de desenvolver sua capacidade comunicativa, como sujeitos sociais e culturais, interagindo, compartilhando saberes, vivências, experiências e informações, não como deficientes, mas sim como diferentes.

Diante disso, respondemos o que foi questionado no início do tópico, a questão da atuação do professor surdo não se restringe a uma modalidade de educação, quer seja regular

ou bilíngue, na verdade o que pretendemos enfatizar é que as estratégias educacionais do docente surdo precisam priorizar objetivos que enfatizem as capacidades e habilidades básicas de atenção, participação e adaptabilidade do estudante, alterando os objetivos de acordo com as necessidades do público estudantil (surdo ou ouvinte) ao qual deseja ensinar Libras.

4.2 Desvalorização do trabalho do professor surdo

A profissão de professor tem sido alvo de muitas interferências externas (quer seja dos governantes, pais, sociedade e outros profissionais que não são da educação) que exigem desse profissional um currículo excepcional e uma qualificação cada vez melhor. Ao mesmo tempo em que intensificam-se as exigências sobre a ação do professor na formação e educação dos alunos, há também uma sobrecarga de tarefas e expectativas sobre esse profissional.

Dessa forma, algumas dessas exigências que o docente ouvinte precisa atender não são diferentes das atendidas pelos docentes surdos. Assim, percebemos que as qualidades de ensino de um bom professor precisam ser analisadas no desenvolvimento da sua prática pedagógica/educativa, não sendo limitada a ter maior status e ser considerado “normal” perante a sociedade.

Além disso, precisamos estar cientes de que os professores são profissionais assalariados e sua função é regida por um conjunto de leis que vão desde as que abrangem os direitos gerais de trabalho às específicas administrativas que correspondem aos concursos e as provas títulos. Isto também significa que se exige do professor surdo, como de outros profissionais, um domínio do saber/fazer pedagógico, ética e compromisso moral com seus estudantes, competências e habilidades específicas para na educação de surdos e ouvintes.

A desvalorização da profissão docente é uma cultura que perdura por muitos anos e que perpassa de geração a geração. Mas se consideramos que nenhum outro profissional tem a responsabilidade de educar, como compete ao professor, que além de ensinar tem a responsabilidade de formar cidadãos, de enfrentar precárias condições de trabalho, salas de aulas superlotadas, enfim, o professor precisa se mostrar um profissional que sabe lidar com a prática e teoria entrelaçadas, além de ter sua profissão sendo avaliada negativamente por grande parte da população.

Essa desvalorização do trabalho docente também está presente quando tratamos do trabalho do professor surdo, que é o foco da nossa pesquisa, pois não afeta somente o professor como profissional, afeta principalmente aqueles jovens surdos que almejam disputar uma vaga na universidade e/ou uma vaga em concurso público. Uma vez que a profissão docente não é

vista com o respeito e a importância que merece, e conseqüentemente, o ensino é visto cada vez menos valorizado e o desejo de ser professor acaba sendo desestimulado, já que a profissão docente deixa de ser atraente.

A partir disso, é fundamental que haja a valorização do trabalho docente, porque além da economia a educação é um pilar que interfere bastante na vida social e é de suma importância para as pessoas. Já que é através de uma educação de qualidade que as pessoas adquirem conhecimentos e, conseqüentemente, transformam-se em profissionais competentes para exercer uma profissão. Por isso, a importância de não menosprezar a profissão docente, porque por meio dela surgem outros profissionais.

Partindo desse pressuposto observamos que o Ps aborda como ele ver essa concepção de desvalorização do trabalho do docente surdo, explicitando que:

Então, a primeira vez quando eu fui dar aula, né!? Entrei numa sala de aula, comecei a me organizar, as pessoas descobriram que eu era surdo, então elas se assustaram, né!? Será que ele é capaz de dar aula? Será que ele é capaz? Será que ele dar conta do trabalho? Então no primeiro momento sempre há essa estranheza: “nossa ele é surdo”. Para que as pessoas estranham, né!? Meio que dão uma desvalorizada ou pensa que vai ser difícil, né!? Mas depois elas percebem que eu sou capaz, elas me veem como docente. Então essa perspectiva acaba mudando, né!? Então eu ouço sempre as pessoas falando bem de mim: “olha o professor é responsável, o professor é bem organizado”. Eu acredito que a gente alcança esse valo, né!?

É nítido nesse fragmento que apesar dos preconceitos, em relação ao docente surdo, este tem papel fundamental para desfazer concepções pré-concebidas em relação a sua pessoa e ao seu trabalho. Pois, dar um melhor de si para executar um excelente trabalho e, por conseguinte, receber elogios pelo que fez é gratificante para qualquer profissional.

O gráfico a seguir mostra que os estudantes respeitam o surdo e sua atuação como docente nas aulas de Libras. Vejamos:

Gráfico 9 – Desistência da disciplina de Libras.



De acordo com os entrevistados, mesmo ao saber que a disciplina de Libras seria ministrada por um professor surdo, os alunos de ambas as turmas não cogitaram a possibilidade de desistir da disciplina. Isso nos faz refletir que apesar dos discentes terem o receio, a estranheza e o medo de encarar uma nova língua, ao qual não tinham domínio, estes deixaram para trás suas inseguranças frente a essa nova realidade e assumiram a responsabilidade de aprender a Libras com o docente surdo estando ou não com a intérprete. Observemos as narrativas abaixo:

Compreendi que podemos aprender a língua de sinais e nos comunicar com os surdos, mas gostaria de ter tido mais tempo na disciplina com o professor surdo para aprender mais (Aluno 04).

Foi difícil para compreender, porque eu não tenho domínio da língua, mas foi gratificante ter o contato direto com a diversidade (Aluno 05).

Achei bem interessante, foi muito produtiva, e aprendi bastante, gostei muito das aulas mesmo ele sendo surdo consegui compreender (Aluno 07).

Inicialmente é difícil, por não saber me comunicar corretamente, entretanto, no decorrer da disciplina a metodologia utilizada pelo professor facilitou a aprendizagem e interação da turma (Aluno 14).

Através desses relatos narrativos, percebemos que a condição de surdo não interfere na docência do professor. Pois é nítido nessas falas o quanto a presença desse profissional foi importante no aprendizado da Libras para os alunos entrevistados. Não esquecendo de mencionar que a conduta metodológica do professor também influencia bastante nesse aprendizado, por isso, a necessidade do docente renovar seus conhecimentos e buscar novas estratégias de estudos para facilitar a compreensão e assimilação do ensino de Libras pelos alunos.

Por isso, alguns surdos que atuam como professores possuem a certificação de proficiência (PROLIBRAS). Exame este que esteve vinculado a aprovação do Decreto 5.626/2005 que regulamenta a Lei 10.436/2002, possibilitando assim a certificação de tradutores/intérpretes de libras a partir de um exame nacional de proficiência em língua de sinais, o PROLIBRAS, com o objetivo de proporcionar uma ampliação do conhecimento da Libras por surdos e ouvintes.

De acordo com Cristiano (2020) “o período definido por lei para realização do Prolibras (2005-2015) já acabou, portanto, não haverá mais Prolibras”. Embora o PROLIBRAS seja uma certificação de competência e de formação para o professor surdo, ele durou pouco tempo, mas trouxe importante contribuição para professores, instrutores e intérpretes de Libras em todo território nacional brasileiro.

Com isso, esses profissionais têm a oportunidade de exercer sua função quer seja na educação básica ou ensino superior e, por conseguinte, ocupar um espaço no mercado de trabalho, aperfeiçoar cada vez mais sua formação profissional, aprimorar seus conhecimentos e buscar melhores condições financeiras, possivelmente, através de um concurso público.

4.3 O professor surdo e o concurso público na região sertaneja

Proporcionar acessibilidade nos processos seletivos de concursos públicos, no caso dos sujeitos surdos, não quer dizer que eles não tenham as mesmas competências e habilidades intelectuais que os demais concorrentes. Isto significa que as adaptações dos métodos de avaliação precisam ser diferenciadas para melhor promover a igualdade de condições entre os candidatos (surdos e ouvintes) visto que ambos estão em busca do mesmo objetivo, conquistar a estabilidade dentro de um concurso público.

Esta garantia do surdo em fazer o concurso público, apesar do documento usar a nomenclatura pessoa portadora de deficiência, é direito dele desde a elaboração do projeto de Lei nº 252, de 2003, que dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos, o Congresso Nacional decreta no art. 9º parágrafos 2º, 3º e 4º, onde apresenta a formalização da inscrição de pessoas deficientes, que:

§ 2º É assegurado à pessoa portadora de deficiência o direito de se inscrever em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo ou emprego cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que o candidato é portador.

§ 3º O candidato portador de deficiência, inscrito em concurso público, concorrerá a todas as vagas, sendo-lhe reservado percentual mínimo de cargos ou empregos.

§ 4º O candidato portador de deficiência, inscrito em concurso público, resguardadas as condições especiais para a sua admissão, previstas no respectivo edital, participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, especialmente no que concerne:

- I – ao conteúdo das provas;
- II – aos critérios de avaliação e aprovação;
- III – ao horário e ao local de aplicação das provas;
- IV – à nota mínima exigida para aprovação.

Desde 24 de abril de abril de 2002, a Lei 10.436, regulamentada pelo Decreto 5.626/2005, reconheceu a Libras como sendo um meio de comunicação da comunidade surda e o Decreto referido também estabelece que o ensino de Libras é obrigatório em todos os níveis educacionais do estudante surdo. Porém, o que se observa no Estado de Alagoas e, principalmente, na cidade de Delmiro Gouveia, localizada no sertão alagoano, é que não existe cumprimento dessa norma. Uma vez que há uma escassez de professores surdos na educação básica do município e a inexistência de vagas para professores de Libras surdos nos concursos

realizados na região, já que o ensino de Libras é obrigatório em todas as etapas da educação.

Além do projeto de Lei nº 252, de 2003, o Congresso Nacional decreta no art. 1º do projeto de Lei nº 10.507, de 2018, que: “Estabelece medidas para garantir o acesso, em igualdade aos demais candidatos, a concursos públicos no âmbito da administração pública federal de pessoa surda ou com deficiência auditiva”.

Percebemos que apesar desse projeto de lei ter sido aprovado recentemente, ele apresenta claramente a acessibilidade das pessoas surdas e deficientes auditivos nos processos seletivos de concursos públicos para competir em igualdade de condições com os demais concorrentes. Já que o que está em pauta, nos concursos públicos, é a dimensão do conhecimento humano sobre os conteúdos contidos nos editais e não a condição linguística dos candidatos.

Por isso, as universidades brasileiras iniciaram a implantação de cursos de Letras/Libras para dar a oportunidade dos surdos a se formarem professores em nível superior, podendo lecionar em escolas bilíngues para surdos, escolas regulares inclusivas e até mesmo nas instituições de ensino superior como professores de Libras.

Segundo Ps, este comenta acerca dos seus direitos assegurados por lei, relatando até que ponto as leis são favoráveis para ele:

Então, as leis são fundamentais na questão de estabelecer, de entender quais são os meus direitos. Por exemplo, na minha infância eu tive bastante dificuldade, né!?, do 1º ao 3º ano. E hoje eu me sinto um pouco melhor, em relação há vários direitos, né!? Então as leis, a legislação, ela me dar confiança e me dar segurança é... no que eu busco como sujeito, né!? Então as leis são necessárias. Então tem coisas ainda que ainda falta, né!?, por exemplo, o decreto tem algumas lacunas, né!? A língua de sinais deveria ser obrigatória nas licenciaturas, também em alguns cursos essenciais como Direito, entre outros, né!? Então no bacharelado também é necessário, né!? Eu fico pensando um médico quando se forma e não conhece a língua de sinais, como é que ele vai trabalhar com a comunidade surda, com as pessoas, se ele não tem a língua de sinais, se ele não compreende a língua de sinais, então o sujeito surdo sofre muito. Eu me sinto é... eu sinto que as leis são um suporte muito grande para mim em relação da garantia dos meus direitos, mas ela ainda há muitas lacunas. Por exemplo, se a gente não tivesse nenhuma lei, a gente não teria a garantia da universidade é... esse espaço na universidade, entendi? Então, a lei, ela fornece a possibilidade que nós ocupemos esses espaços, como a Universidade Federal, né!? Por exemplo, no concurso, a avaliação do concurso é... a avaliação ela pode ser feita de maneira igualitária entre todos, né!? Entre o ouvinte e o surdo, se não acontecesse, se a lei não estivesse ao nosso lado o nosso direito linguístico não seria respeitado, né!? Eu sou surdo então o português é minha L2, né!? Então o ouvinte vai ter mais vantagem em relação a mim. Então esse direito tem que ser respeitado, né!? Então existe a possibilidade de eu entrar na justiça alegando que fui lesado, nesse momento, e que eu exijo que a lei seja cumprida. Então essa lei me dar a garantia de segurança pra gente como comunidade surda, certo? Então o decreto ele exige, ele necessita que o concurso respeite a gente, né!? Então é necessário, as leis são extremamente necessárias para que nosso direito seja garantido.

Quando iniciei em Delmiro Gouveia, por exemplo, o edital ele estava aberto para algumas pessoas, né!?, que teria que ter Prolibras e poderia ser pedagogo, outras pessoas poderiam fazer, então eu entrei com um recurso e exigi o certificado de

formação de nível superior em Letras/Libras, né!? Então isso foi revogado. Então eu vejo que exige essa necessidade de que nós lutemos de acordo com a lei para que essa lei seja cumprida e assim, como garantia dos nossos direitos, nos der a segurança de poder trabalhar e... essa lei me dar a possibilidade de hoje atuar como professor em Delmiro Gouveia.

Com isso, podemos dizer que o direito a inclusão de sujeitos surdos nos concursos públicos, precisa ser visto além do que está assegurado em lei, porque quando se fala em inclusão, isto quer dizer que, teremos o privilégio de conviver e respeitar as diferenças dos nossos semelhantes e reconhecer que todos, independentemente de suas particularidades, têm a oportunidade de estudar, se profissionalizar, enfrentar um processo seletivo e trabalhar onde quiser executando suas funções de forma exitosa.

A partir disso, as instituições de educação básica, superior e cursos de idiomas precisam priorizar e incentivar os professores surdos de Libras, para que eles consigam ingressar em instituições públicas e privadas, já que são detentores de sua própria língua e cultura. Além do mais, existem algumas vantagens em se ter professores surdos de Libras, como por exemplo: os alunos poderão aprender e conhecer melhor não só a língua de sinais, mas também a cultura surda; poderão aprimorar a Libras através da convivência com o professor surdo; tornarem-se fluentes em Libras e, possivelmente, vir a ser intérprete de Libras, caso assim desejarem.

Além disso, é muito gratificante para o professor surdo quando recebe retorno dos seus alunos pela atuação nas aulas de Libras, como bem relata Ps:

Então já são muitos anos que eu venho é... dando aula, né!? Então eu percebo que essa experiência já existe em mim. Quando eu era professor na IFAL, dava aula lá no IFAL, durante um tempo também na UNEAL, né!? Então quando eu dava aula para os alunos nesse período, eu gostava, eu me identifico muito quando os alunos me é... me dão esse feedbacks dos alunos, né!? Eu sou exigente, ao alunos dizem que eu sou muito exigente, mas gostam de mim também, certo? Então é muito bom é... conseguir conciliar as aulas com os alunos, então é... a maioria deles me dão esse feedbacks, então eu me sinto muito feliz nesse sentido. É uma das minhas maiores conquistas. É... eu confio bastante, confio bastante no que estou fazendo, confio no meu trabalho, confio no meu trabalho, então isso já me é satisfatório.

Portanto, é essencial dar prioridade aos professores surdos de Libras, para que eles não alcancem apenas um espaço na sociedade, mas também possam mostrar para a sociedade brasileira a sua identidade surda e a sua diferença cultural e linguística. Pois, apesar da sua condição de surdo o professor de Libras demonstra seu potencial em atuar em sua profissão, equiparando-se aos outros professores ouvintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo, apesar de pouca pesquisa sobre a inclusão do professor de Libras surdo no espaço acadêmico, pudemos compreender que o processo histórico dos surdos desde a educação básica, profissionalizante e superior não foi e não é um processo fácil. Apesar da UFAL – Campus do Sertão ter um ou alguns alunos surdos na instituição e apenas um docente surdo, em outras universidades os surdos estão adentrando no mundo universitário e se apropriando desse espaço.

Podemos destacar também que a disciplina curricular de Libras é essencial, no ensino superior, podendo ser ministrada tanto por um professor ouvinte quanto por um professor surdo, desde que demonstrem e estejam aptos para tal responsabilidade. Lógico que como está prescrito em lei, a preferência está voltada para o surdo, já que este faz uso da sua própria língua diariamente e por isso tem prioridade para ensinar a língua de sinais. Mas, além disso, é fundamental que este profissional busque uma formação continuada para conduzir uma aprendizagem produtiva para os alunos, porque saber algo não significa que se sabe ensinar algo.

Apesar do foco do nosso trabalho apresentar um estudo acerca da relação de um professor universitário surdo com alunos ouvintes, salientamos que o componente curricular de Libras se torna mais instigante quando esta é ministrada por um docente surdo, uma vez que por meio dessa perspectiva observamos nas narrativas dos estudantes entrevistados que essa experiência de aprendizagem foi valiosa tanto para os discentes ouvintes quanto para o professor surdo.

Com base nas narrativas obtidas no decorrer da pesquisa, observamos e analisamos algumas características semelhantes nas falas tanto do professor surdo quanto dos alunos ouvintes. Dessa forma, efetuamos uma relação narrativa entre o que foi dito pelos participantes da pesquisa sobre o mesmo assunto perguntado e o resultado está logo abaixo.

Analisando as informações percebemos que a resposta da maioria dos alunos está de acordo com o que o professor realmente é, surdo. E essa definição é confirmada pelo professor. Isso mostra que os alunos conseguiram assimilar e distinguir o surdo do deficiente auditivo. Porque segundo o professor surdo, o sujeito surdo é aquele que faz uso da língua de sinais e que participa de uma comunidade surda, em meio a uma sociedade ouvinte. Enquanto que o deficiente auditivo faz uso de práticas oralistas e o uso do aparelho auditivo para se igualar a pessoa ouvinte.

Como também observamos que quase todos recorrem a intérprete para perguntar algo a

respeito da Libras. E essa situação é perceptível pelo professor surdo, pois é um dos seus relatos o professor percebe que os alunos preferem tirar as dúvidas com a intérprete. Mas é importante enfatizar que mesmo isso acontecendo, o professor fala que a intérprete respeita a sua posição como docente e sempre diz aos alunos que perguntem ao professor e diz que a função dela é mediar a conversar entre eles e não responder aos questionamentos do ensino de Libras.

Além disso, analisamos que os alunos preferem que a aula de Libras seja ministrada por um professor surdo, mesmo tendo dificuldade para se comunicarem através da Libras e por recorrem a intérprete, estes valorizam e respeitam o trabalho do professor. Percebemos que foi inevitável o estranhamento dos alunos ao descobrir que um surdo daria aula, mas isso mudou com a convivência, na qual os alunos aprenderam e aceitaram que é possível um surdo assumir uma sala de aula. E essa aceitação aconteceu através do mérito do próprio professor que demonstrou em suas aulas que ele tem conhecimento dos assuntos, didática e capacidade para atuar como docente, porque a sua condição de surdez não é empecilho e nunca será quando ele se aceita como surdo e mostra para as pessoas que é capaz de fazer e estar onde quiser.

Através desse estudo, percebemos que mesmo com sua perda auditiva o surdo tem todo o direito de inserir-se no mercado de trabalho, e que esse estudo possa fazer com que futuras pesquisas possam surgir. Uma vez que acreditamos que é muito importante para a aprendizagem acadêmica ter a oportunidade de estudar Libras com um professor surdo. Assim, com esse estudo narrativo analisamos e percebemos a importância do conhecimento acerca da docência de Libras, como também, da atuação do profissional do professor surdo.

O que podemos aprender com as experiências relatadas, é que a trajetória do participante Ps é uma entre milhares de outras histórias que deveriam ser contadas e apresentadas à sociedade, mostrando que o surdo é capaz de assumir seu espaço em qualquer esfera da sociedade, desde que tenha o apoio de outras pessoas (surdas e/ou ouvintes) e seus direitos garantidos conforme se encontra prescrito em leis e decretos.

Porque quando pensamos em inclusão, esta precisa levar em consideração as especificidades e necessidades de cada um. E isso não significa ter pena, deixar de lado ou exigir menos da pessoa. Pelo contrário, incluir é se colocar no lugar do outro, reconhecê-lo como alguém capaz, compreendendo que mesmo sendo diferentes, linguisticamente, temos direitos e deveres iguais. Pois, se dentro de um ambiente educativo existe um grupo e um surdo não faz parte dele, não temos inclusão, da mesma maneira que se entramos em uma sala na qual todos estão reunidos fazendo um trabalho e no fundo dela o surdo só observa, também não temos inclusão. Por isso incluir é respeitar, desejar o bem, saber e querer conviver com as diferenças do outro.

E essa perspectiva de inclusão foi evidenciada no trabalho já que foram encontrados quatro fatores importantes que nortearam a relação entre o professor surdo e seus alunos ouvintes, são eles: comunicação, metodologia, intérprete e valorização e respeito.

Os alunos demonstram que ao se depararem com o professor surdo na sala de aula, a barreira inicial é o ato da comunicação. E isso acontece simplesmente porque eles não sabem a língua de sinais, mas é natural do ser humano temer aquilo que não conheci e não sabe. Por isso é importante inserir professores surdos e o ensino da Libras em toda a educação básica para que uma situação como essa não cause nenhum estranhamento no estudante, mas provoque a vontade de querer aprender ainda mais a Libras com o professor surdo.

Percebemos também que a metodologia e as estratégias utilizadas pelo professor facilitaram a compreensão dos alunos para adquirir o conhecimento do que é Libras e para aprender a se comunicar por meio dela. Dessa forma, podemos dizer que aprender Libras não é fácil e nem difícil, basta o aluno ter vontade em querer aprender uma nova língua e a instituição ter um professor qualificado que domina a Libras e que faz uso de diversas ferramentas para facilitar o aprendizado da Libras aos seus alunos.

Além do mais, durante as aulas de Libras é fundamental a presença da intérprete tanto para o professor quanto para os alunos, uma vez que ela domina as duas línguas (o português e a Libras) intermediando assim a relação entre os envolvidos e facilitando o ensino da Libras. Porém, quando não há a presença da intérprete fica difícil de conversar com o professor e tirar as dúvidas. Por isso, a presença da intérprete também é essencial nas aulas de Libras.

Assim, podemos afirmar que o professor alcançou o seu valor e respeito por méritos próprios, dedicação e vontade de aprender cada vez mais. E sua persistência foi importante para que os alunos o valorizassem e o respeitassem como professor acadêmico, que detêm de conhecimento suficiente para estar ocupando esse lugar de professor universitário. Porque o que limita o ser humano de alcançar seus objetivos não são suas diferenças linguísticas, mas sim a própria pessoa que se coloca de vítima diante das dificuldades que a sociedade impõe. E não é o caso desse professor universitário surdo.

Portanto, com esse trabalho narrativo aprendemos que apesar de todas as dificuldades sofridas pela população surda durante o seu processo histórico, muitas conquistas foram alcançadas ao longo dos anos e o professor surdo começou a ocupar seu lugar na sociedade, demonstrando que um surdo pode, deve e consegue atuar profissionalmente dentro de uma sociedade ouvinte. Portanto, essa foi a melhor forma de compartilhar com as demais pessoas, as experiências vivenciadas pelos alunos do curso de pedagogia durante as aulas de Libras com o professor universitário surdo.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 11. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BARBOSA, Marily Oliveira; VITORINO, Anderson Francisco; DIAS, Andreia Bezerra. **Um contexto de inclusão escolar de estudantes surdos em escola regular no sertão alagoano**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 176-192, set./dez. 2016.
- BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade**. Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, July-Dec., 2012.
- BRASIL. **Constituição (1988) da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017.
- BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial. Brasília, 17 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em 10 out de 2020.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – MEC; SEESP, 2001**.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.
- BRASIL. **Lei federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Câmara dos deputados, 2000.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- BRASIL. **Projeto de lei nº 252, de 2003**. Câmara dos deputados, 2003.
- BRASIL. **Projeto de lei nº 10.507, de 2018**. Câmara dos deputados, 2018
- _____. **Relatório Anual de Atividades**. Feneis relatório, 2000.
- BRASIL. **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Libras, e o art. 18 da lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <https://www.libras.com.br/decreto-5626-de-2005>. Acesso em: 22 de nov. de 2020.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril d 2002**. Dispõe sobre a Libras e dá outras providências. Disponível em: <https://www.libras.com.br/lei-10436-de-2002>. Acesso em: 22 de nov. de 2020.
- BRASIL. **Lei nº 11.796, de outubro de 2008**. Institui o dia nacional dos surdos. Disponível

em: <https://www.libras.com.br/lei-11796-de-2008>. Acesso em: 22 de nov. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão do tradutor e intérprete da Libras. Disponível em: <https://www.libras.com.br/lei-12319-de-2010>. Acesso em: 22 de nov. de 2020.

BRASIL. **PROLIBRAS.** Certificado de proficiência no uso e ensino da Libras, e certificado de proficiência em tradução e interpretação da Libras/Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.libras.com.br/prolibras>. Acesso em: 15 de dez. de 2020.

CRISTIANO, Almir. **Fundação INES.** Disponível em: <https://www.libras.com.br/ines>. Acesso em: 18 de mai. de 2021.

DALCIN, Gladis. **Psicologia da educação de surdos.** Florianópolis, 2009.

FREIRE, Edileuza Lima; MOURA, Anaisa Alves de.; e FELIX, Neudiane Moureira. **Escolas Bilingües para surdos no Brasil: uma luta a ser conquistada.** Revista online de Política e Gestão Educacional, p. 1283–1295, 2017

GESSER, Audrei. **LIBRAS?: Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. - São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LEITE, Marta de Lima. **A Libras e o Aluno Surdo no Ensino Superior:** Cartilha de Orientação. Aracaju: FANESE, 2018.

LIMA, Maria do Socorro Correia. **Surdez, Bilingüismo e Inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito.** 2004. 271 f. Tese (Doutor em Línguística Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem.

LOPES, Maura Corcini. Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos, In: Skliar, Carlos (org). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** — São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONCIN, Loraine Isabel do Rocio Pinto; et. al. **O olhar do surdo: traduzindo as barreiras no ensino superior.** Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET – junho de 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1993.

OLIVEIRA, Ivone Martins de; CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti; e XAVIER, Keli Simões. **Apropriação de conhecimento sobre Libras em cursos de licenciatura: professor surdo e alunos ouvintes.** Cadernos de Pesquisa em Educação – PPGE/UFES. Vitória, ES. a. 9, v. 18, n. 36, p. 105-131, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, Verônica Rosemary de.; et. al. **Educação dos surdos: escola inclusiva versus escola bilíngue.** Revista de Educação: Educere et Educare. Vol. 10, nº 20, p. 887-896, jul/ dez.

2015.

PERLIN, Gladis T. T. Identidades surdas, In: Skliar, Carlos (org). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

PERLIN, Gladis T. T. **História dos surdos**. Florianópolis, CEAD, 2002.

SÁ, Nídia Regina de. O discurso surdo: a escuta dos sinais, In: Skliar, Carlos (org). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. – Porto Alegre: Mediação, 2010.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Florianópolis, 2009.

STRNADOVÁ, Vera. **Como é ser surdo**. Editora Babel, 2015.

TESKE, Ottmar. A relação dialógica como pressuposto na aceitação das diferenças: o processo de formação das comunidades surdas, In: Skliar, Carlos (org). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

THOMAS, Adriana da Silva. Surdos: esse “outro” de que fala a mídia, In: Skliar, Carlos (org). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

VILELA, Cristiano das Neves. **Gênese da educação de surdos em Delmiro Gouveia**. 2016. 182 f. Dissertação (mestrado em Educação) Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS OUVINTES (com intérprete)

1- Você considera que o professor é:

Surdo Deficiente auditivo

R= 2 pessoas entrevistadas disseram que consideram o professor deficiente auditivo enquanto que as outras 11 o consideram surdo.

2- O que você pensou quando descobriu que teria aula de Libras com o professor surdo?

Como irei conversar com o professor surdo?

Não seria mais fácil a/o interprete ensinar?

R= Todos os 13 entrevistados responderam que pensaram em como iriam conversar com um professor surdo.

3- Você considera o alfabeto manual como sendo o único ou o principal recurso para aprender Libras?

Sim Não

R= 11 pessoas responderam que não e 2 pessoas responderam que sim.

4- Como você avalia as aulas de Libras com o professor surdo?

Ótima Ruim Regular

R= 5 pessoas responderam que as aulas são regulares e 8 pessoas responderam que são ótimas.

5- Qual ou quais estratégias utilizou para estudar e aprender Libras?

Alfabeto Manual App no celular YouTube

Intérprete Professor surdo

R= 1 pessoa respondeu a intérprete, 2 responderam o professor surdo, 2 responderam o youtube, 3 responderam o alfabeto manual e 5 responderam o app no celular.

6- Você quis desistir da disciplina de Libras, por que a aula era ministrada por um surdo?

Sim Não

R= Os 13 entrevistados disseram que não quiseram desistir da disciplina de Libras.

7- Durante as aulas de Libras, na maioria das vezes você recorria a quem para tirar uma dúvida:

a intérprete ao professor surdo

R= 1 pessoa respondeu que recorria ao professor e 12 pessoas recorriam a intérprete.

8- Na sua perspectiva o professor surdo pode e deve:

- Lecionar apenas na escola bilíngue Lecionar em qualquer modalidade de ensino
 Lecionar apenas na escola regular Nenhuma das opções

R= Os 13 entrevistados responderam que o professor surdo pode lecionar em qualquer modalidade de ensino.

9- Sendo possível fazer uma escolha referente a Libras e o docente da mesma, o que você escolheria:

- Que a disciplina de Libras fosse ministrada por um professor ouvinte.
 Que a disciplina de Libras fosse ministrada por um professor surdo.
 Que a disciplina de Libras não fosse obrigatória no curso de Pedagogia.
 Que a disciplina de Libras não existisse na grade curricular do curso de Pedagogia.

R= 6 pessoas disseram que preferiam que a disciplina de Libras fosse ministrada por um professor ouvinte e 7 responderam que preferiam que a disciplina de Libras fosse ministrada por um professor surdo.

10- Comente a sua experiência nas aulas de Libras, tendo um profissional surdo como docente.

R:

A1= A presença de um docente surdo trouxe a necessidade de tentar compreender melhor as dificuldades enfrentadas pelo mesmo e pelos discentes que, na maioria das vezes, não entendiam o que o professor estava falando, pela ausência de conhecimento e domínio necessário das Libras, tendo muitas vezes que recorrer a ajuda da intérprete de sala. Nestes casos, os diálogos diretamente com o professor ficavam um pouco distante do ideal, visto que, sem a presença da intérprete a interação ficava praticamente ausente sem comunicação de ambas as partes.

A2= O que mais achei difícil é a comunicação devido eu não ter domínio da língua de sinais mais de resto achei interessante, pois a metodologia utilizada ajudou na compreensão dos conteúdos e também a dinâmica das aulas que muitas vezes envolvia a participação dos alunos para aprimoramento do conteúdo já que também tinha a intérprete para dar todo o suporte mediante as aulas, e foi uma nova experiência com um professor surdo.

A3= Eu gostei, foi uma experiência única, e com a ajuda da intérprete não houve tanta dificuldade.

A4= Compreendi que podemos aprender a língua de sinais e nos comunicar com os surdos, mas

gostaria de ter tido mais tempo na disciplina com o professor surdo para aprender mais.

A5= Foi difícil para compreender, porque eu não tenho domínio da língua, mas foi gratificante ter o contato direto com a diversidade.

A6= Minha experiência ao estudar Libras foi primeiramente de impacto, porque eu não sabia ao certo nada sobre se comunicar com sinais, mas na medida que fui estudando, gostei bastante. Percebi que Libras, é uma disciplina complementar que é de suma gratificação para o currículo em quanto estudante e profissional, e se a sociedade bem soubesse, implementaria a Libras em todos os níveis de ensino, porque ela é, sem dúvidas, essencial.

A7= Achei bem interessante, foi muito produtiva, e aprendi bastante, gostei muito das aulas mesmo ele sendo surdo consegui compreender.

A8= Foi uma excelente experiência, pois sempre quis aprender Libras. Ter um professor surdo na disciplina de Libras foi a melhor coisa que poderia ter acontecido, uma vez que além de aprender a Libras com o próprio sujeito surdo também foi possível aprender e conviver um pouco da cultura surda. Além do mais, ter um professor com suas particularidades em sala de aula, me fez enxergar que independente de sua perda auditiva o surdo pode ser um excelente profissional e, além do que, a presença da intérprete de Libras é fundamental na mediação de surdos e ouvintes, nesse contexto.

A9= Interessante, pois aprendi um pouco de Libras com uma pessoa que não só entendeu a história dos surdos, mas que também vivenciou.

A10= Foi uma experiência bastante importante, me trouxe um grande aprendizado, e poder obter o conhecimento da Libras com o profissional docente surdo foi ainda mais especial, pois ele nos transmitiu um apoio maior nas aulas. Foi para me uma experiência maravilhosa.

A11= Foi razoável até porque durante as aulas de Libras a intérprete sempre estava presente para intermediar nosso contato com o professor.

A12= Foi uma das melhores disciplina, pois ela proporcionou um contato mais real com a língua de sinais.

A13= Boas aulas, professor dinâmico. Porém, não me interesseo pela área.

QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS OUVINTES (sem intérprete)

1- Você considera que o professor é:

Surdo Deficiente auditivo

R= 2 pessoas entrevistadas disseram que consideram o professor deficiente auditivo enquanto que as outras 5 o consideram surdo.

2- O que você pensou quando descobriu que teria aula de Libras com o professor surdo?

Como irei conversar com o professor surdo?

Não seria mais fácil a/o intérprete ensinar?

R= Os 7 entrevistados responderam que pensaram como iriam conversar com o professor surdo.

3- Você considera o alfabeto manual como sendo o único ou o principal recurso para aprender Libras?

Sim Não

R= 1 pessoa respondeu que sim e 6 pessoas responderam que não.

4- Como você avalia as aulas de Libras com o professor surdo?

Ótima Ruim Regular

R= 2 pessoas responderam que as aulas são regulares e 5 responderam que são ótimas.

5- Qual ou quais estratégias utilizou para estudar e aprender Libras?

Alfabeto Manual App no celular YouTube

Intérprete Professor surdo

R= 3 pessoas responderam o app no celular, 1 pessoa respondeu o alfabeto manual e 3 responderam o professor surdo.

6- Você quis desistir da disciplina de Libras, por que a aula era ministrada por um surdo?

Sim Não

R= Todos os 7 entrevistados disseram que não quiseram desistir da disciplina de Libras.

7- Durante as aulas de Libras, na maioria das vezes você recorria a quem para tirar dúvidas:

a intérprete ao professor surdo

R= 2 pessoas disseram que recorriam ao professor e 5 pessoas recorriam a intérprete.

8- Na sua perspectiva o professor surdo pode e deve:

- () Lecionar apenas na escola bilíngue () Lecionar em qualquer modalidade de ensino
 () Lecionar apenas na escola regular () Nenhuma das opções

R= 2 pessoas responderam que o professor surdo deve lecionar apenas na escola bilíngue e 5 pessoas responderam que ele pode lecionar em qualquer modalidade de ensino.

9- Sendo possível fazer uma escolha referente a Libras e o docente da mesma, o que você escolheria:

- () Que a disciplina de Libras fosse ministrada por um professor ouvinte.
 () Que a disciplina de Libras fosse ministrada por um professor surdo.
 () Que a disciplina de Libras não fosse obrigatória no curso de Pedagogia.
 () Que a disciplina de Libras não existisse na grade curricular do curso de Pedagogia.

R= 2 pessoas disseram que preferiam que a disciplina de Libras fosse ministrada por um professor ouvinte e 5 preferiam que a Libras fosse ministrada por um professor surdo.

10-Comente a sua experiência nas aulas de Libras, tendo um profissional surdo como docente.

A14= Inicialmente é difícil, por não saber me comunicar corretamente, entretanto, no decorrer da disciplina a metodologia utilizada pelo professor facilitou a aprendizagem e interação da turma.

A15= Foi uma experiência bem enriquecedora. De início, realmente eu pensei: como vou tirar minhas dúvidas com um professor surdo? Mas foi mais fácil do que eu imaginava. O alfabeto manual e a escrita ajudaram muito. Além do que, o professor sempre se mostrou disposto a tirar nossas dúvidas também via whatsapp.

A16= Foram legais, embora em alguns momentos antes de ter intérprete era um pouco difícil conversar com o professor para tirar dúvidas tendo em vista que não conhecia muito de Libras.

A17= Foi uma excelente experiência. Nunca senti que o ensino fosse comprometido pelo fato de o professor ser surdo, pelo contrário. Ver um surdo ocupando a vaga de professor universitário e realizando suas atribuições com competência máxima só fez com que a ideia estudada em sala, de que o surdo pode e deve ocupar diferentes espaços, fosse percebida na prática.

A18= Pra mim foi ótima, a dinâmica foi até melhor que o professor ouvinte.

A19= Minha experiência foi ótima, pois o professor Adeilson foi muito prestativo com a turma, além de um bom profissional é também um grande ser humano!

A20= É uma experiência maravilhosa, pois além de estudar acabamos vivendo a prática todos os dias.

PERGUNTAS FEITAS AO PROFESSOR SURDO DURANTE A ENTREVISTA

- 1- Você se considera surdo ou deficiente auditivo?
- 2- Qual a sua formação?
- 3- Durante a sua educação básica você estudou em escola bilíngue, de surdos ou de ouvintes?
- 4- A partir de qual momento você percebeu que queria ser professor?
- 5- Quando, onde e como foi sua primeira experiência como professor? Como se sentiu no ingresso da profissão?
- 6- Quais as principais dificuldades que você encontrou no exercício da profissão, sendo professor de alunos ouvintes?
- 7- Como é a sua relação com os demais colegas de trabalho ouvintes? De que maneira acontece a comunicação entre vocês?
- 8- Além da intérprete, o que mais poderia facilitar o seu trabalho e a sua comunicação na UFAL-Campus do Sertão?
- 9- Fale um pouco sobre a sua rotina nas aulas de Libras para alunos ouvintes. Enfatize a presença e a ausência da intérprete nesse momento?
- 10- Você já obteve conquistas enquanto professor? Se sim, quais e ao que se refere?
- 11- Você acha que as leis garantem todos os seus direitos? Se sim, de que forma isso ocorre? Eu caso negativo, explique o motivo.
- 12- Durante as aulas de Libras, você se sente incomodado quando os alunos preferem tirar as dúvidas com a intérprete? Comente.
- 13- Como você define a valorização profissional do docente surdo?
- 14- O ensino da língua portuguesa foi deficiente durante sua educação básica?
- 15- Caso tivesse que escolher onde lecionar a disciplina de Libras, você escolheria uma escola com educação regular ou bilíngue? Justifique sua escolha.